



**SEUC-RR**  
Sistema Estadual de Unidades de  
Conservação Lei nº 1.704/2022



**femarh**  
Fundação Estadual do Meio Ambiente  
e Recursos Hídricos



# Relatório de Resultado das Consultas Públicas da Escolha dos Conselheiros do Sistema Estadual de Unidade de Conservação (SEUC-RR)

**RORAIMA**

MARÇO DE 2023

**ANTONIO OLIVERIO GARCIA DE ALMEIDA**  
Governador do Estado de Roraima

**WAGNER SEVERO NOGUEIRA**  
Presidente da Fundação Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos - FEMARH

**LUANA TABALDI**  
Diretora de Pesquisa e Tecnologia em Gestão Territorial – DPTGT

**DANIEL LUIZ DE OLIVEIRA**  
Diretor de Gestão Florestal

**FLÁVIA FURTADO ALVES**  
Chefe da Divisão de Unidades de Conservação Estaduais - DUC

Equipe Técnica do Governo de Roraima

**GLEIS KELLY PEREIRA RODRIGUES**  
Ex-Chefe da Divisão de Unidades de Conservação Estaduais - DUC

**DIRLIANY LOPES DE ALMEIDA**  
Analista em Ciência e Tecnologia – Turismo

**RUBEM LEITE DA SILVA**  
Analista Administrativo/Jornalista

## SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO .....	4
2. RELATÓRIO DE VISITA TÉCNICA ÀS COMUNIDADES DO BAIXO RIO BRANCO - LEVANTAMENTO DE CONSELHEIROS DAS RDS E PARQUE ESTADUAL .....	5
3. RESULTADOS DO LEVANTAMENTO DOS CONSELHOS.....	7
4. CONCLUSÃO .....	44
5. RECOMENDAÇÕES .....	46
6. ANEXOS.....	49
7. QUESTIONÁRIOS.....	65
8. ATAS DE REUNIÃO.....	67

## 1. APRESENTAÇÃO

Em conformidade com a Lei Estadual Nº 1.704, de 15 de julho de 2022, que institui o Sistema Estadual de Unidade de Conservação – SEUC/RR, recategoriza a Área de Proteção Ambiental do Baixo Rio Branco em Parque Estadual das Nascentes, Reserva de Desenvolvimento Sustentável Itapará-Boiaçu e Reserva de Desenvolvimento Sustentável Campina, além de criar a Reserva de Desenvolvimento Sustentável Xeriuini, este relatório técnico apresenta os resultados das oficinas e consultas públicas realizadas nas comunidades do Baixo Rio Branco. O objetivo dessas atividades foi consolidar a implementação da referida Lei e promover a criação dos Conselhos Gestores das Unidades de Conservação (UCs).

A Fundação Estadual do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (FEMARH), conforme designado pela lei, tem a responsabilidade de adotar as medidas necessárias para a gestão eficiente, implantação, consolidação, fiscalização e monitoramento do SEUC e das UCs. Nesse sentido, foram realizadas dezesseis visitas com reuniões nas comunidades da região do Baixo Rio Branco, durante as quais foi apresentada a consolidação do processo de recategorização, resultando na Lei Nº 1.704, de 15 de julho de 2022.

Além disso, as visitas também tiveram o propósito de capacitar as comunidades tradicionais sobre o papel dos Conselhos Gestores das Unidades de Conservação. No caso das UCs de Uso Sustentável, o conselho é de caráter deliberativo, enquanto nas UCs de Proteção Integral, o conselho é consultivo.

Outro ponto importante das visitas foi a realização de um diagnóstico para identificar quais órgãos públicos as comunidades tradicionais consideram essenciais para integrar os conselhos, visando ao fortalecimento da gestão das unidades. Cada comunidade já indicou seus representantes titulares e suplentes para participar nos Conselhos Gestores.

## **2. RELATÓRIO DE VISITA TÉCNICA ÀS COMUNIDADES DO BAIXO RIO BRANCO - LEVANTAMENTO DE CONSELHEIROS DAS RDS E PARQUE ESTADUAL**

Este relatório técnico tem como objetivo documentar a visita realizada às comunidades situadas no Baixo Rio Branco, com foco na realização de palestras e no levantamento de conselheiros das Reservas de Desenvolvimento Sustentável (RDS) e do Parque Estadual. Esta ação está em conformidade com as diretrizes estabelecidas pela Lei nº 1.704, de 15 de julho de 2022, e pela SEUC/RR (Sistema Estadual de Unidades de Conservação do Estado de Roraima), ambas de responsabilidade da FEMARH, que tem o encargo de adotar medidas necessárias para a gestão, implementação e consolidação das unidades de conservação, além de sua fiscalização e monitoramento.

Conforme já destacado anteriormente as reuniões tiveram como objetivo promover a sensibilização das comunidades sobre a importância das unidades de conservação, realizar levantamento de conselheiros das RDS e Parque Estadual, coletar informações para a elaboração do plano de manejo das áreas protegidas e levantar as principais necessidades e demandas das comunidades visitadas.

A equipe da FEMARH realizou deslocamentos terrestres e fluviais para as comunidades do Baixo Rio Branco, entre os dias 08 e 23 de março de 2023. Foram promovidas reuniões comunitárias nas quais foram abordados os seguintes temas:

- Importância das RDS e Parques Estaduais para a conservação ambiental e desenvolvimento sustentável;
- Processos de escolha e atuação dos conselheiros das unidades de conservação;
- Esclarecimentos sobre o papel da FEMARH na gestão das RDS e Parque Estadual.

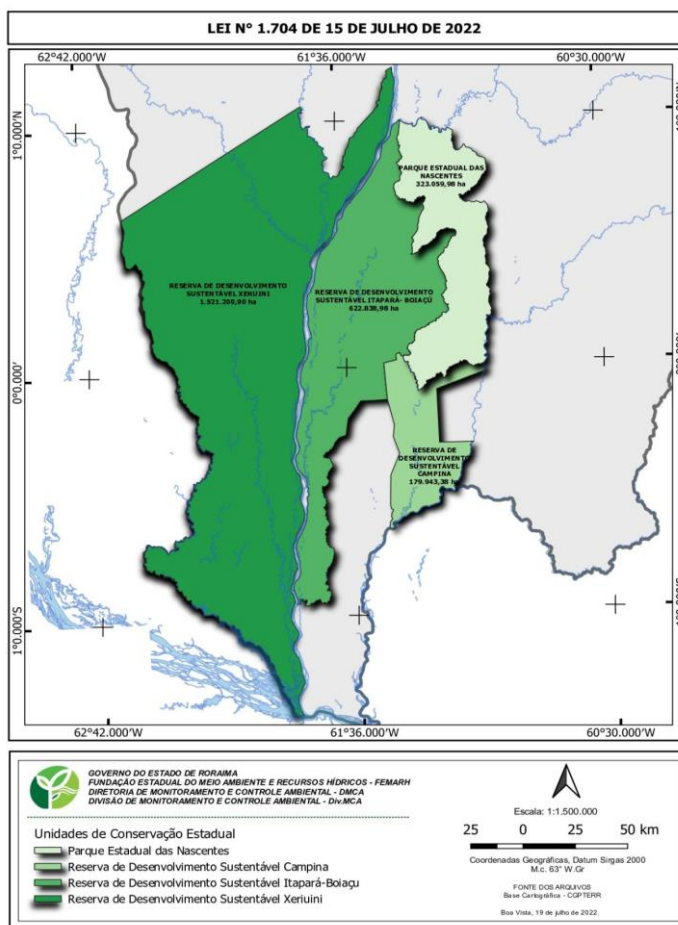
Em cada comunidade, foi feita uma palestra informativa, seguida da escolha de conselheiros e registro das principais demandas locais. Totalizando 16 reuniões conforme cronograma abaixo, e de acordo com as listas de presença, foi registrado um total de 271 participantes nas reuniões realizadas. Contudo, estima-se que o

número real de participantes seja superior, considerando que parte da população optou por não assinar as listas de presença.

Tabela 01 - Calendário do levantamento e quantidade de participantes.

<b>Nº</b>	<b>Data</b>	<b>Comunidade</b>	<b>Município</b>	<b>Números de participantes</b>
1	09/05/2023	Xixuaú	Rorainópolis-RR	11
2	09/05/2023	Samaúma	Rorainópolis-RR	10
3	10/05/2023	Bela Vista	Rorainópolis-RR	10
4	10/05/2023	Itaquera	Rorainópolis-RR	13
5	10/05/2023	Floresta	Rorainópolis-RR	12
6	11/05/2023	Remanso	Rorainópolis-RR	22
7	12/05/2023	Caicubí	Caracaraí-RR	19
8	13/05/2023	Panacarica	Caracaraí-RR	11
9	13/05/2023	Dona Cota	Rorainópolis-RR	4
10	14/05/2023	Cachoeirinha	Caracaraí-RR	31
11	14/05/2023	Canauaní	Caracaraí-RR	12
12	15/05/2023	Terra Preta	Caracaraí-RR	22
13	15/05/2023	Lago Grande	Caracaraí-RR	28
14	15/05/2023	Sacaí	Caracaraí-RR	29
15	17/05/2023	Santa Maria Velha	Rorainópolis-RR	5
16	18/05/2023	Santa Maria do Boiçu	Rorainópolis-RR	32
				<b>271</b>

Figura 01 - Mapa utilizado para apresentação.



### 3. RESULTADOS DO LEVANTAMENTO DOS CONSELHOS

Com a realização das 16 reuniões, que contou com a participação de 271 tradicionais, foi possível observar particularidades e desafios específicos em cada Comunidade, aos quais podemos separar em grandes grupos:

- **Infraestrutura:** A maioria das comunidades carece de infraestrutura básica, como transporte, saneamento e energia elétrica.
- **Educação Ambiental:** A demanda por programas de educação ambiental foi recorrente em várias comunidades, destacando-se a necessidade de maior conscientização sobre a preservação dos recursos naturais locais.
- **Participação Social:** Muitas comunidades demonstraram interesse em participar mais ativamente nos conselhos das unidades de conservação,

porém, indicaram a necessidade de mais capacitação para exercerem tais funções de maneira eficiente.

- Necessidade de Consolidação de Conselhos: Algumas comunidades ainda não possuem conselhos locais formalizados para a gestão das RDS e do Parque Estadual, sendo necessário continuar o processo de formalização.

A visita técnica às comunidades do Baixo Rio Branco foi fundamental para fortalecer o diálogo entre a FEMARH e as populações tradicionais, promover a sensibilização ambiental e garantir a representatividade local nos conselhos das RDS e Parque Estadual. A participação expressiva dos comunitários demonstra o engajamento e a importância de continuar o processo de consolidação dessas áreas protegidas, em conformidade com a Lei nº 1.704/2022.

A FEMARH seguirá trabalhando na implementação das ações necessárias para a gestão eficiente das unidades de conservação, incluindo a elaboração do plano de manejo, bem como a fiscalização e o monitoramento contínuo das áreas. As demandas levantadas durante as visitas, que serão apresentadas abaixo, específicas para cada comunidade, serão analisadas e incorporadas aos planos de ação da fundação.

### 3.1 Comunidade Xixuaú

Município: Rorainópolis

Data: 09/05/2023

A reunião na comunidade Xixuaú ocorreu no centro comunitário da região, contando com a participação de **11 (onze) pessoas**. O encontro teve como objetivo principal a escolha do conselheiro e suplente que representarão a comunidade nos conselhos das Reservas de Desenvolvimento Sustentável (RDS) e demais fóruns relacionados à gestão ambiental local.

Ao final da reunião, os participantes expressaram diversas insatisfações e relataram problemas enfrentados pela comunidade. Os principais pontos levantados foram os seguintes:

- a) Ações dos Servidores do ICMBio:** Os comunitários relataram que se sentem oprimidos pelos representantes do ICMBio (Instituto Chico Mendes



de Conservação da Biodiversidade). Segundo eles, os servidores tem adotado posturas ameaçadoras, incluindo:

- Ameaças de apreensão e destruição de bens, como embarcações e motores.
- Proibição de pesca, mesmo para aqueles que possuem a carteira de pescador.
- Aplicação de multas arbitrárias.

Além disso, foi relatado que a comunidade está sendo impedida de acessar matéria-prima essencial para a confecção de artesanato. A justificativa dada pela servidora seria a proximidade com a Unidade de Conservação (UC), especificamente a Reserva Extrativista (RESEX), gerida pelo ICMBio. Segundo a comunidade, essas ações têm prejudicado gravemente suas atividades tradicionais e de subsistência.

**b) Problemas com Cooperativa de Turismo Ecológico:** Os comunitários também expressaram insatisfação em relação a uma cooperativa que atua no seguimento de turismo ecológico e pesca esportiva na região. De acordo com eles, a cooperativa está:

- Obtenção de vantagens em nome da comunidade, como a venda de imagens e o recebimento de doações estrangeiras, sem beneficiar os moradores.
- Operando de maneira irregular, com dois CNPJs diferentes: **11.509.823/0001-63 e 18.519.159/0001-82.**

A comunidade solicita providências quanto à regularização e transparência das atividades da cooperativa, além de questionar o uso indevido de seu nome e recursos.

**c) Conflito com os Índios Waimiri Atroari:** Outro ponto levantado foi o conflito territorial com os índios Waimiri Atroari. Os comunitários alegam que os índios estão impedindo o acesso da comunidade aos castanhais, uma fonte tradicional de subsistência. Segundo o relato:

- Os Waimiri Atroari colocaram uma barricada no rio que dá acesso aos castanhais, e há relatos de violência caso alguém tente ultrapassar a barreira.

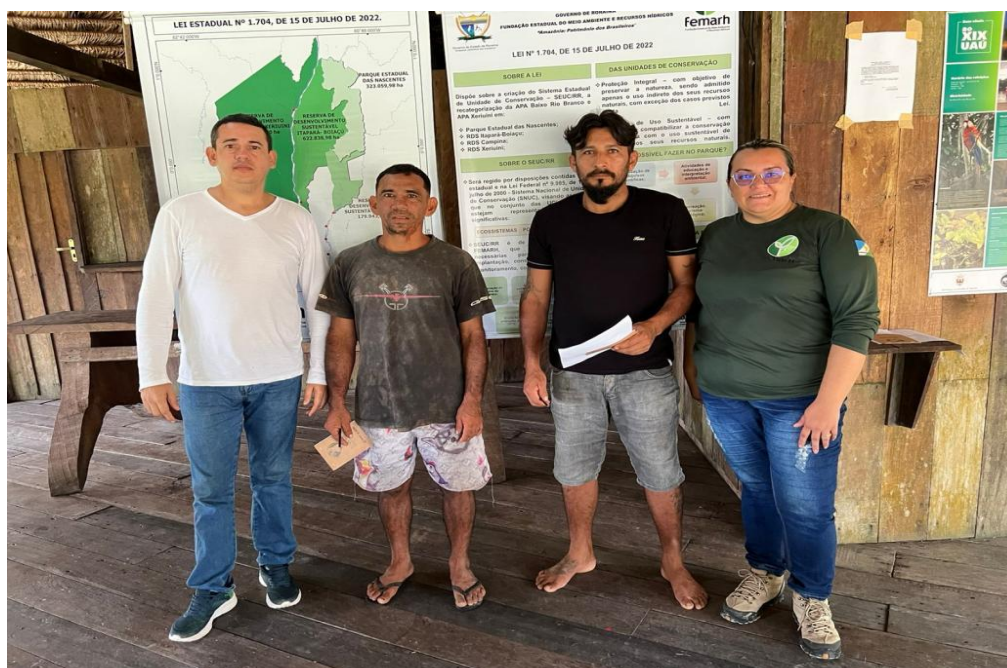
- A comunidade afirma que os castanhais estão localizados dentro de uma das RDS, mais especificamente na área conhecida como "Campina", e que possuem documentos comprovando a propriedade (não apresentados durante a reunião).
- Analisando o mapa, foi constatado que a reserva indígena dos Waimiri Atroari está distante do castanhal mencionado. No entanto, os índios teriam se deslocado para fora dos limites de sua reserva, fechando o único acesso à RDS e reivindicando a área como sua, apesar de a mesma estar formalmente incluída no território da RDS, criada pela Lei nº 1.704 de 15 de julho de 2022.

A reunião revelou importantes desafios enfrentados pela comunidade Xixuaú, envolvendo conflitos de uso de recursos naturais, tensões com instituições públicas e problemas relacionados a entidades privadas. A comunidade espera por intervenções que possam mitigar esses conflitos e regularizar a situação, garantindo seu direito de acesso aos recursos e práticas tradicionais.

Figura 02 – Reunião Comunidade Xixuaú.



Figura 03 – Conselheiro e Suplente: Eraldo Almeida Rodrigues e Elton Leite da Encarnação.



### 3.2 Comunidade Samaúma

Município: Rorainópolis

Data: 09/05/2023

A reunião na comunidade Samaúma ocorreu na casa da Sra. Divina, com a participação de **10 (dez) pessoas**. O objetivo principal do encontro foi a escolha do conselheiro e suplente que representarão a comunidade nos conselhos das Reservas de Desenvolvimento Sustentável (RDS) e outras instâncias relacionadas à gestão ambiental.

Durante a reunião, os comunitários compartilharam insatisfações e problemas enfrentados pela comunidade, muitos dos quais semelhantes aos relatados pela comunidade Xixuaú:

#### a) Impedimento de Extração de Castanhas pelos Índios Waimiri

**Atroari:** Assim como a comunidade Xixuaú, os moradores de Samaúma relataram que estão sendo impedidos de acessar os castanhais pelos índios Waimiri Atroari, que bloquearam o acesso aos recursos naturais fundamentais para a subsistência das famílias.

**b) Proibição de Pesca pela Servidora do ICMBio:** A comunidade também relatou que a servidora Leila, representante do ICMBio, está proibindo as atividades de pesca, mesmo para os moradores que possuem carteiras de pescador. A medida tem impactado diretamente a economia e a segurança alimentar da comunidade.

**c) Irregularidades na Pesca Esportiva:** Foi denunciado o uso irregular dos rios por uma empresa de turismo que promove pesca esportiva na região. Segundo os moradores, essa empresa estaria retirando peixes em grandes quantidades, de forma desproporcional e não regulamentada.

**d) Falta de Fiscalização e Apoio do Estado:** A comunidade solicitou mais atenção dos órgãos estaduais, especialmente nas áreas de fiscalização ambiental, saúde e educação. A ausência de políticas públicas eficazes tem agravado os problemas locais e aumentado a vulnerabilidade das famílias.

Embora o objetivo inicial da reunião fosse a escolha do conselheiro e suplente, a comunidade decidiu adiar a decisão. Os presentes argumentaram que a reunião contou com um número reduzido de participantes, já que muitos moradores estavam ausentes devido a compromissos de trabalho. Ficou acordado que a comunidade se reunirá novamente em breve para deliberar sobre os nomes dos representantes, que serão posteriormente enviados para oficialização.

A reunião na comunidade Samaúma expôs preocupações semelhantes às da comunidade Xixuaú, principalmente em relação ao acesso aos recursos naturais e à atuação de instituições e empresas na região. A comunidade também expressou o desejo de uma maior presença e atuação dos órgãos estaduais para solucionar os problemas relatados.

Figura 04 – Reunião Comunidade Samaúma.



Figura 05 – Reunião Comunidade Samaúma.



Posteriormente a comunidade informou que em reunião com os demais membros ficou definido como Conselheiro Titular Jonathas Peres de Menezes e Suplente Woadson Ferreira Peres.

Figura 06 – Conselheiro Titular Jonathas Peres de Menezes e Suplente Woadson Ferreira Peres.



### 3.3 Comunidade Itaquera

Município: Rorainópolis

Data: 10/05/2023

A reunião na comunidade Itaquera ocorreu na casa do Sr. Roberval, com a participação de **13 (treze) pessoas**. O principal objetivo do encontro foi a escolha do conselheiro e suplente que representarão a comunidade nos conselhos das Reservas de Desenvolvimento Sustentável (RDS) e outras instâncias relacionadas à gestão comunitária.

Durante a reunião, os moradores compartilharam preocupações e problemas enfrentados pela comunidade, muitos dos quais relacionados à educação e à economia local:

**a) Precariedade da Educação na Comunidade:** Os participantes expressaram grande insatisfação com a situação da educação. Relataram que os jovens estão sendo forçados a sair da região para estudar nas sedes dos municípios ou até em estados vizinhos. Como consequência, muitos não retornam, e alguns

acabam se envolvendo em atividades ilícitas, o que agrava os problemas sociais da comunidade.

**b) Barricada Ilegal no Rio de Acesso à RDS Campina:** Outro ponto discutido foi a instalação de uma barricada ilegal por indígenas no rio que dá acesso à RDS Campina. Este rio é a principal via de transporte e fonte de renda da comunidade, que depende da pesca e da navegação para sustentar suas famílias. A comunidade solicitou a remoção urgente da barricada, que tem prejudicado severamente suas atividades econômicas.

**c) Potencial Econômico no Artesanato e Ecoturismo:** Apesar dos desafios, a comunidade de Itaquera possui um grande potencial criativo na produção de artesanato, com produtos de qualidade que poderiam ser melhor aproveitados economicamente. Além disso, a região é rica em beleza natural, o que poderia ser explorado para o desenvolvimento de ecoturismo, trazendo novas oportunidades econômicas sustentáveis para os moradores.

Embora o objetivo principal da reunião fosse a escolha do conselheiro e suplente, os participantes decidiram adiar a decisão devido à baixa participação de moradores, muitos dos quais estavam ausentes por questões de trabalho. Foi acordado que a comunidade se reunirá novamente em breve para deliberar sobre os nomes dos representantes, que serão formalmente indicados para oficialização.

A reunião destacou a necessidade de intervenções urgentes para melhorar as condições de vida da comunidade, com foco na educação e no acesso ao rio. Além disso, o desenvolvimento de iniciativas de ecoturismo e a valorização do artesanato local foram apontados como oportunidades promissoras para fortalecer a economia da região.

Figura 07 – Conselheiro Titular Alcinei Gama da Silva e Suplente Roberval Dias da Silva.



Figura 08 – Reunião Comunidade Itaquera.





### 3.4 Comunidade Bela Vista

Município: Rorainópolis

Data: 10/05/2023

A reunião na comunidade Bela Vista ocorreu ao ar livre, sob as árvores nativas, com a participação de **10 (dez) pessoas**. O principal objetivo do encontro foi a escolha do conselheiro e suplente que representarão a comunidade em instâncias de gestão ambiental e outras questões locais.

Durante a reunião, os participantes expressaram insatisfações e destacaram os problemas que a comunidade vem enfrentando:

**a) Proibição de Pesca e Comercialização de Canoas pela Servidora do ICMBio:** A comunidade relatou as ameaças feitas pela servidora Leila, do ICMBio, que tem proibido tanto a pesca de subsistência quanto a comercialização de botes (canoas) fabricados pelos moradores, uma das principais fontes de renda da comunidade;

**b) Condições Precárias da Escola Local:** Outro ponto levantado foi o estado de deterioração da escola da comunidade, que está em condições tão ruins que pode causar um acidente, colocando em risco a segurança dos alunos e funcionários.

A reunião evidenciou a necessidade de ações urgentes para resolver os problemas relacionados à subsistência econômica e à infraestrutura educacional da comunidade.

Figura 09 – Reunião Comunidade Bela Vista.



Figura 10 – Conselheiro Titular Simeão Anhape Bezerra e Conselheiro Suplente Rodrigo Alves Barroso.



### 3.5 Comunidade Floresta

Município: Rorainópolis

Data: 10/05/2023

A reunião na Comunidade Floresta ocorreu na Escola Municipal, com a participação de 12 (doze) pessoas, tendo como principal objetivo a escolha do conselheiro e suplente que irão representar a comunidade em instâncias de gestão. Ao longo do encontro, foram discutidas diversas insatisfações e problemas enfrentados pela comunidade. Um fato relevante foi o interesse e a participação ativa dos jovens e, especialmente, das mulheres.

A reunião aconteceu de forma tranquila, com a programação sendo cumprida. Muitas dúvidas foram esclarecidas, e a equipe presente ofereceu explicações detalhadas sobre os temas abordados. Durante o encontro, a comunidade relatou um entrave importante: eles estão sendo impedidos de realizar atividades de pesca no lago, mesmo possuindo carteiras de pescador emitidas pela FEMARH-RR.

Além disso, a comunidade destacou que, embora possuam um grande espaço para plantações, são ameaçados com multas por crimes ambientais, caso tentem utilizá-lo para cultivo. Atualmente, a principal atividade econômica local é a fabricação de farinha, uma limitação que dificulta o aproveitamento pleno de suas terras.

A reunião evidenciou tanto o engajamento da comunidade quanto os desafios que precisam ser superados, especialmente no que diz respeito ao acesso aos recursos naturais e ao uso sustentável de suas terras.

Figura 10 – Conselheiro Titular Anderson Nascimento da Silva e Conselheiro Suplente Lilian Castro da Conceição.



Figura 11 – Reunião com a Comunidade Floresta.



### 3.6 Comunidade Remanso

Município: Rorainópolis

Data: 11/05/2023

A reunião na Comunidade Remanso ocorreu em um espaço aberto no seringal, com a presença de **22 (vinte e duas) pessoas**, para a escolha do conselheiro e suplente que irão representar a comunidade. No decorrer do encontro, foram levantadas diversas insatisfações e problemas enfrentados pelos moradores.

A Comunidade Remanso, situada às margens dos rios Jauaperi e Negro, expressou sua preocupação em relação às restrições impostas pelo ICMBio de Novo Airão, especialmente no que diz respeito à pesca. Os moradores questionaram se as carteiras de pesca emitidas pelo órgão estadual FEMARH não têm validade na região, já que a pesca, sua principal fonte de renda, está proibida.

A comunidade também relatou o agravamento da fome, que vem crescendo cada vez mais devido às inúmeras proibições impostas pelo ICMBio, deixando os moradores sem alternativas para sustentar suas famílias.

Essa reunião evidenciou a urgência de medidas para garantir o direito de subsistência dos moradores, especialmente em relação à liberação da pesca, essencial para a economia local.

Figura 12 – Comunidade Remanso.



Figura 13 – Reunião Comunidade Remanso.



Figura 14 – Conselheiro Titular Antônio Francisco dos Santos e Conselheiro Suplente Tanha Barbosa Bragança.



Figura 15 – Reunião Comunidade Remanso.



### 3.7 Comunidade Caicubí

Município: Caracaraí

Data: 12/05/2023

A reunião na Comunidade Caicubí ocorreu no Centro Comunitário, com a participação de **19 (dezenove) pessoas**, tendo como principal objetivo a escolha do conselheiro e suplente que irão representar a comunidade. Durante o encontro, vieram à tona diversas insatisfações e problemas que afligem os moradores.

A comunidade de Caicubí enfrenta um cenário de divisão interna, causado por conflitos relacionados a alegações de desvio de verbas provenientes de três empresas de turismo que atuam na região. Essas empresas, além de estarem em situação irregular junto aos órgãos licenciadores, como a FEMARH, têm causado poluição nos rios próximos às áreas onde se instalam. A situação é agravada por relatos de graves ameaças, perseguições e até mesmo violência física, em alguns casos envolvendo policiais fora de serviço, o que tem gerado processos judiciais.

Caicubí, apesar de possuir grande potencial extrativista e econômico, especialmente na coleta de castanhas e açaí, tem visto seu crescimento estagnado devido à divisão comunitária e aos conflitos internos. A reunião expôs a necessidade

de resolver essas questões de forma urgente para que a comunidade possa explorar de forma sustentável seus recursos e retomar o caminho do desenvolvimento.

Figura 16 – Comunidade Caicubí.





Figura 17 – Conselheiro Titular Fracinete Elias e Conselheiro Suplente Janielson Brás Lima.



### 3.8 Comunidade Panacarica

Município: Caracarái

Data: 13/05/2023

A reunião na Comunidade Panacarica ocorreu na residência do Sr. Toinho, com a participação de 11 (onze) pessoas. O objetivo principal do encontro foi a escolha do conselheiro e suplente que representarão a comunidade em instâncias de gestão. Ao longo da reunião, foram discutidas diversas insatisfações e problemas enfrentados pelos moradores.

Diferente das comunidades do Rio Jauaperi, Panacarica não enfrenta as mesmas restrições. No entanto, a principal reclamação diz respeito à falta de investimentos em educação, que está paralisada na comunidade. Além disso, os moradores relatam a ausência de suporte do município de Rorainópolis e do estado na área da saúde. Eles expressaram esperança de que a implementação da lei que cria as Reservas de Desenvolvimento Sustentável (RDS) e o Parque Estadual possa trazer os benefícios necessários, preenchendo essas lacunas.

A comunidade possui um grande potencial turístico e econômico, com destaque para os açaiçais, que poderia ser aproveitado para extração e beneficiamento. Além disso, os lagos da região são propícios para a pesca de pirarucu, o que representa uma importante oportunidade econômica para os moradores.

A reunião reforçou a necessidade de melhorias nos serviços públicos e o desenvolvimento sustentável da comunidade, aproveitando os recursos naturais disponíveis.

Figura 18 – Reunião Comunidade Panacarica.



Figura 18 – Conselheiro Titular André Medeiros e Conselheiro Suplente Altenizio de Sousa.

*"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"*



Figura 19 – Reunião Comunidade Panacarica.



### 3.9 Comunidade Dona Cota

Município: Caracaraí

Data: 13/05/2023

A reunião na Comunidade Dona Cota ocorreu na residência de Dona Marilene, contando com a participação de 4 (quatro) pessoas, já que a comunidade é composta por apenas uma família. O objetivo principal do encontro foi a escolha do conselheiro e suplente que representarão a comunidade. Durante a reunião, foram discutidas as insatisfações e problemas enfrentados pelos moradores.

Embora seja uma comunidade pequena em termos populacionais, Dona Cota é rica em recursos naturais, como cupuaçu, açaí e pesca. No entanto, enfrenta os mesmos desafios de outras comunidades da região do Baixo Rio Branco, principalmente no que diz respeito à dificuldade de escoamento de seus produtos. Toda a produção extraída pela comunidade é levada para Manaus, que, por estar mais próxima, oferece melhores condições econômicas para a venda.

A principal fonte de renda da comunidade é a produção de cupuaçu, que depende exclusivamente de um fornecimento de energia estável para a conservação da polpa. A falta de apoio para o escoamento da produção tem limitado o crescimento econômico local, que poderia ser significativamente maior se houvesse melhorias na infraestrutura e no transporte dos produtos.

A reunião destacou a necessidade de investimentos em energia e em soluções para facilitar o escoamento dos recursos naturais, de modo a potencializar as atividades econômicas da comunidade.

Figura 20 – Conselheiro Titular Marilene Lopes da Silva e Conselheiro Suplente Michael Santos da Silva.



### 3.10 Comunidade Cachoeirinha

Município: Caracaraí

Data: 14/05/2023

A reunião na Comunidade Cachoeirinha ocorreu na Sede do Pedro Leles, com a participação de **31 (trinta e uma) pessoas**, cujo objetivo principal foi a escolha do conselheiro e suplente que representarão a comunidade. Ao final do encontro, foram identificadas diversas insatisfações e problemas que os moradores vêm enfrentando. A pesca é a principal fonte de renda da Comunidade Cachoeirinha. No entanto, os moradores relataram dificuldades no processo de licenciamento e na obtenção das carteiras de pesca, enfrentando muitos obstáculos burocráticos para regularizar a atividade. Além disso, mencionaram conflitos envolvendo as áreas de pesca, relatando que são proibidos de pescar em determinadas regiões por empresas de turismo, que colocam fiscais para impedir a pesca durante a temporada turística. A comunidade solicitou maior fiscalização das autoridades para garantir seu direito de acesso às áreas de pesca.

Além da pesca, a comunidade possui uma excelente produção de açaí e banana, mas enfrenta desafios relacionados à infraestrutura. Os moradores destacaram a necessidade de apoio estatal para obter ferramentas essenciais, como

*"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"*

um trator, que facilitaria o transporte dos recursos, já que as áreas de produção ficam distantes da comunidade. Também foi apontada a necessidade de uma fábrica de gelo para aumentar a produção de açaí, que atualmente está limitada pela falta de meios adequados para conservar e escoar o produto.

Em relação à produção de banana, os moradores explicaram que a colheita poderia ser ainda maior, porém o transporte é feito manualmente, o que resulta em grandes perdas, especialmente devido à distância entre os locais de produção e a comunidade.

A reunião destacou a urgência de investimentos em infraestrutura e equipamentos agrícolas para melhorar o escoamento dos produtos e garantir o desenvolvimento econômico da comunidade.

Figura 21 – Conselheiro Titular Isabel Santana das Chagas e Conselheiro Suplente Júnior Moraes da Silva.



Figura 22 – Comunidade Cachoerinha.



### 3.11 Comunidade Canauaní

Município: Caracaraí-RR

Data: 14/05/2023

A reunião na Comunidade Canauaní ocorreu no refeitório da igreja Assembleia de Deus, com a participação de **12 (doze) pessoas**, com o objetivo de escolher o conselheiro e suplente que irão representar a comunidade. Ao final, foram discutidas as principais insatisfações e problemas enfrentados pelos moradores.

A principal fonte de renda da Comunidade Canauaní é a produção de cupuaçu, que tem sofrido grandes perdas devido à oscilação de energia, dificultando a conservação da produção. A comunidade também trabalha com açaí e pesca, embora em menor escala. No entanto, a pesca tem sido inibida pela atuação de empresas de turismo que limitam o acesso às áreas pesqueiras.

O problema mais grave enfrentado pela comunidade, no entanto, é o risco de ataques de onça. Os moradores relataram preocupação, pois até o momento a onça

tem atacado apenas cachorros, mas temem que o animal possa começar a atacar as crianças.

A comunidade ressaltou a importância de apoio para o escoamento da produção de cupuaçu e sugeriu que essa produção poderia ser destinada às escolas estaduais e municipais. Além disso, solicitaram o fornecimento de uma energia mais estável, essencial para a conservação dos alimentos e para o desenvolvimento econômico local.

Figura 23 – Conselheiro Titular Benoni Farias das Chagas e Conselheiro Suplente Elisângela Araújo da Cunha.





Figura 24 – Comunidade Canauaní.



### 3.12 Comunidade Terra Preta

Município: Caracaraí-RR

Data: 15/05/2023

A reunião na Comunidade Terra Preta ocorreu no Centro Comunitário, com a participação de 22 (vinte e duas) pessoas, com o objetivo de escolher o conselheiro e suplente que irão representar a comunidade. Ao final do encontro, foram discutidas diversas insatisfações e problemas enfrentados pelos moradores.

A Comunidade Terra Preta possui um grande potencial a ser explorado. Os moradores afirmaram que há um extenso castanhal e uma grande quantidade de pirarucu nativo na região. No entanto, pediram o apoio da CIPA e da FEMARH, pois um grupo de garimpeiros ameaçou invadir a localidade, alegando que possuem licenciamento para atuar na área. A comunidade sente-se ameaçada e busca proteção e intervenção das autoridades competentes.

Tanto a Comunidade Terra Preta quanto a Comunidade Lago Grande têm enfrentado ataques recorrentes de onças. O problema em Terra Preta é ainda mais

grave, pois há mais de uma onça envolvida nos ataques, que têm sido intensos. Os moradores pedem uma providência urgente para evitar ataques a pessoas, temendo que sejam forçados a matar o animal, o que poderia trazer conflitos com órgãos ambientais.

A Comunidade Terra Preta também destacou seu grande potencial econômico, mas para explorá-lo adequadamente, necessitam de apoio para o escoamento de seus recursos naturais. Entre as solicitações estão a aquisição de ferramentas como tratores e arados para aumentar a capacidade de plantio e, conseqüentemente, impulsionar o desenvolvimento local.

Figura 25 – Reunião Comunidade Terra Preta.



Figura 26 – Reunião Comunidade Terra Preta.



Figura 27 – Reunião Comunidade Terra Preta.



Figura 28 – Conselheiro Titular Cleuder da Silva Miranda e Conselheiro Suplente Ralxs Nascimento dos Santos.



### 3.13 Comunidade Lago Grande

Município: Caracaraí-RR

Data: 15/05/2023

A reunião na Comunidade Lago Grande ocorreu na Sede da Igreja Católica, com a participação de **28 (vinte e oito) pessoas**, tendo como principal objetivo a escolha do conselheiro e suplente que irão representar a comunidade. Ao final, foram discutidas diversas insatisfações e problemas enfrentados pelos moradores.

A Comunidade Lago Grande, localizada a aproximadamente 1000 metros da Comunidade Terra Preta, compartilha as mesmas características de produção e extração de recursos naturais. Durante a reunião, os moradores solicitaram à CAER a construção de uma plataforma para abrigar duas caixas d'água de 5000 litros cada. A comunidade se dispôs a fornecer metade dos materiais necessários para a construção, desde que o órgão se comprometa com a execução da obra.

Ambas as comunidades, Lago Grande e Terra Preta, possuem uma parceria com empresas de turismo que destinam parte de seus lucros para as comunidades. Esse recurso é utilizado em benefício coletivo, uma vez que a principal fonte de renda local continua sendo a pesca.

Figura 29 – Conselheiro Titular Alberto de Sousa Santos e Conselheiro Suplente Cláudio Alberto Leite da Silva.



Figura 30 – Reunião Comunidade Lago Grande.



Figura 31– Reunião Comunidade Lago Grande.



### 3.14 Comunidade Sacai

Município: Caracaraí-RR

Data: 15/05/2023

A reunião na Comunidade Sacai ocorreu na Escola Municipal, com a participação de 29 (vinte e nove) pessoas, tendo como objetivo a escolha do conselheiro e suplente que irão representar a comunidade. Durante o encontro, foram discutidas as insatisfações e problemas que a comunidade enfrenta.

A Comunidade Sacai encontra-se isolada das demais, e sua principal fonte de renda é a pesca. No entanto, os moradores relataram que estão sendo hostilizados por algumas empresas de turismo, que os estão proibindo de pescar em determinadas áreas. Além disso, a comunidade se sente perseguida por órgãos fiscalizadores, o que tem gerado grande desconforto entre os pescadores.

Outro problema apontado foi a dificuldade em obter carteiras de pesca. Os moradores têm interesse em regularizar suas atividades, mas até o momento não foi disponibilizada uma equipe para realizar o cadastro necessário na comunidade.

Figura 32 – Reunião Comunidade Sacai.



Figura 33 – Reunião Comunidade Sacai.



Figura 34 – Conselheiro Titular Elton da Silva Alves e Conselheiro Suplente Mario Jorge Oliveira Parente.



### 3.15 Comunidade Santa Maria Velha

Município: Rorainópolis-RR

Data: 17/05/2023

A reunião na Comunidade Santa Maria Velha ocorreu na Escola Municipal, com a participação de 5 (cinco) pessoas, tendo como objetivo a escolha do conselheiro e suplente que irão representar a comunidade. Ao final do encontro, foram discutidas as principais insatisfações e problemas enfrentados pelos moradores.

A comunidade tem como principais fontes de renda a exploração de açazeiros e a pesca, além de manter uma pequena criação de gado voltada para o consumo próprio. Os moradores expressaram a esperança de que a nova legislação traga mais estabilidade e segurança para os ribeirinhos, permitindo uma melhor gestão dos recursos naturais e o fortalecimento econômico local.

Figura 35 – Conselheiro Titular Pedro Pereira Setuba e Conselheiro Suplente Antônio Batista dos Santos.





### 3.16 Comunidade Santa Maria do Boiaçu

Município: Rorainópolis-RR

Data: 18/05/2023

A reunião na Comunidade Santa Maria do Boiaçu ocorreu na Escola Municipal Vovó Tetinha, com a participação de 32 (trinta e duas) pessoas, tendo como objetivo a escolha do conselheiro e suplente que irão representar a comunidade. Durante o encontro, foram discutidas as insatisfações e problemas que a comunidade enfrenta.

Santa Maria do Boiaçu é mais centralizada e desenvolvida em comparação às demais comunidades do Baixo Rio Branco. Ela serve como centro de apoio para as comunidades vizinhas, principalmente em questões de saúde e educação, que são os maiores déficits da região. A comunidade é melhor abastecida com suprimentos medicinais e possui uma estrutura educacional que se destaca, oferecendo ensino até o nono ano e ensino médio, o que a diferencia das outras comunidades.

As principais fontes de renda de Santa Maria do Boiaçu são a pesca e o turismo pesqueiro, este último gerando emprego tanto de forma direta quanto indireta, o que contribui significativamente para a economia local.

Figura 36 – Comunidade Santa Maria do Boiaçu.



Figura 37 – Conselheiro Titular Valdinildo Franco Ramos e Conselheiro Suplente Luís Carlos Gomes.



Figura 38 – Comunidade Santa Maria do Boiaçu.



#### 4. CONCLUSÃO

Durante os 15 dias de viagem ao Baixo Rio Branco, com a realização de reuniões em 16 comunidades, ficou evidente que os problemas enfrentados são bastante similares entre elas. A educação foi identificada como uma das principais dificuldades, uma vez que em todas as comunidades o ensino formal só vai até o 5º ano. Isso leva à migração dos jovens para centros urbanos em busca de estudo, resultando muitas vezes em envolvimento com atividades ilícitas ou em oportunidades de emprego que impedem o retorno às suas comunidades, causando o esvaziamento e a perda gradual da cultura local.

Na área da saúde, há uma carência significativa de suporte. Faltam medicamentos, curativos e profissionais capacitados para atender às necessidades básicas, o que agrava a vulnerabilidade das comunidades.

Apesar dessas dificuldades, as comunidades expressam grande expectativa em relação à efetivação do conselho. Eles esperam que essa formalização lhes proporcione maior voz e capacidade para enfrentar os desafios enfrentados. Há também uma busca por capacitação e maior conhecimento sobre o plano de manejo, com apoio das instituições competentes.

Com isso, concluímos que cumprimos nosso objetivo nas visitas às comunidades do Baixo Rio Branco. Acompanhamos as escolhas dos conselheiros e suplentes da sociedade civil e agora daremos andamento à oficialização das instituições públicas que comporão o conselho, selecionando aquelas diretamente ligadas aos interesses das comunidades inseridas nas Reservas de Desenvolvimento Sustentável (RDS) e no Parque Estadual. As instituições propostas para compor o conselho incluem:

- IATER - Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural;
- UFRR - Universidade Federal de Roraima;
- UERR – Universidade Estadual de Roraima;
- DETUR – Departamento de Turismo de Roraima;
- ICMBIO - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade;
- FUNAI – Fundação Nacional dos Povos Indígenas;
- SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas;
- IFERR – Instituto Federal de Roraima;

***"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"***

- ISA – Instituto Socio-Ambiental;
- EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária;
- MAPA – Ministério da Agricultura, Pesca e Abastecimento;
- CIPA – Polícia Militar do Estado de Roraima;
- FIER - Federação das Indústrias do Estado de Roraima;

Essas instituições serão essenciais para apoiar as demandas e promover o desenvolvimento sustentável das comunidades.

## 5. RECOMENDAÇÕES

Com base nas observações e nos desafios enfrentados pelas comunidades do Baixo Rio Branco durante as visitas, propomos as seguintes recomendações para o fortalecimento da gestão sustentável e o desenvolvimento local:

### 1. Capacitação dos Conselheiros:

- Promover cursos e treinamentos contínuos para os conselheiros e suplentes eleitos, preparando-os para exercerem suas funções de forma proativa na gestão das Reservas de Desenvolvimento Sustentável (RDS) e do Parque Estadual. As capacitações devem abordar temas como:
  - Legislação ambiental e territorial;
  - Gestão participativa de recursos naturais;
  - Mediação de conflitos e direitos comunitários;
  - Elaboração de projetos comunitários e captação de recursos.
- Além disso, incentivar a integração dos conselheiros com as instituições públicas e privadas, facilitando o diálogo entre as comunidades e os órgãos competentes.

### 2. Melhoria da Infraestrutura Local:

- Reforçar parcerias com instituições públicas, privadas e organizações não-governamentais para suprir as demandas de infraestrutura das comunidades, como:
  - **Educação:** Estender o acesso ao ensino básico e médio, investindo na construção de escolas e na contratação de professores qualificados, além de garantir programas de ensino à distância para estudantes que desejam prosseguir com seus estudos.
  - **Saúde:** Assegurar a presença de postos de saúde em todas as comunidades, com a devida disponibilidade de medicamentos, materiais de curativo e profissionais de saúde qualificados.
  - **Transporte e logística:** Viabilizar o acesso a maquinários como tratores e caminhões para facilitar o escoamento da produção

*"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"*

agrícola, bem como a criação de plataformas de armazenamento para melhorar a conservação dos recursos, como o açaí e o cupuaçu.

- **Energia e saneamento:** Melhorar o fornecimento de energia estável, essencial para a conservação da produção, e investir em sistemas de abastecimento de água, como a construção de plataformas para caixas d'água, conforme solicitado pelas comunidades.

### 3. Educação Ambiental:

- Ampliar os programas de educação ambiental nas comunidades tradicionais, com o objetivo de:
  - **Sensibilizar** sobre a importância da preservação dos ecossistemas locais, como castanhais, açazais e áreas de pesca;
  - **Fortalecer o uso sustentável** dos recursos naturais, promovendo boas práticas de manejo de florestas e rios, de forma a garantir a conservação e a sustentabilidade das gerações futuras.
  - **Incluir a juventude e lideranças** comunitárias nas ações de educação ambiental, garantindo que todos compreendam as consequências das atividades predatórias, como garimpo e pesca ilegal, e possam agir em defesa de seus territórios.

### 4. Apoio ao Escoamento da Produção:

- Promover ações que melhorem o escoamento da produção agrícola e pesqueira das comunidades, como:
  - Incentivar a criação de cooperativas locais para organizar a comercialização de produtos como castanha, açaí, cupuaçu e pirarucu, facilitando a venda em mercados mais amplos, incluindo a capital Manaus.
  - Garantir que essas cooperativas tenham suporte técnico e logístico para conseguir certificações e agregação de valor aos produtos.

### 5. Fiscalização e Mediação de Conflitos:

- Atuar em conjunto com órgãos como o ICMBIO e FEMARH para garantir a fiscalização de atividades ilegais, como garimpo, desmatamento e pesca predatória em áreas protegidas.
- Reforçar a mediação de conflitos entre comunidades tradicionais e empresas de turismo, garantindo que as áreas de pesca e extrativismo sejam respeitadas e que as práticas empresariais sejam compatíveis com a sustentabilidade ambiental e o bem-estar das comunidades.

#### **6. Apoio à Geração de Renda:**

- Investir no fortalecimento das cadeias produtivas locais, como a coleta de açaí, castanha e cupuaçu, promovendo o desenvolvimento de pequenas fábricas e agroindústrias comunitárias para o beneficiamento desses produtos.
- Explorar o potencial do ecoturismo como uma fonte adicional de renda, criando infraestrutura adequada e capacitando as comunidades para receber turistas de forma sustentável e organizada.

Essas recomendações visam promover o desenvolvimento sustentável das comunidades do Baixo Rio Branco, fortalecendo sua autonomia, preservando suas tradições e garantindo a conservação dos recursos naturais.



6. ANEXOS

a. Lista de presença das reuniões para levantamento do conselho

Comunidade Xixuaú

GOVERNO DE RORAIMA		SEUC-SISTEMA ESTADUAL DE UNIDADE DE CONSERVAÇÃO RDS E PARQUE LISTA DE PRESENÇA		femarh Fundação Estadual do Meio Ambiente e Recursos Hídricos	
XIXUAÚ			Data 09/05/23		
Nome	Comunidade	Função	TEL		
Raimundo Alves Barbosa	XIXUAÚ	Pescador			
Franilene Sacramento Silva	XIXUAÚ	Professora	(92) 984 207377		
Franisco das Chagas Lima	XIXUAÚ	Perceito / Agricultor	(92) 986 14 99 33		
Altton Leite da Encarnação	XIXUAÚ	Perceito			
Thiago dos Santos Miranda	XIXUAÚ	PROFESSOR			
José Gama da Silva	XIXUAÚ	PESCADOR			
Bezerra dos Santos Martins	XIXUAÚ	Pescador, Agricultor	(92) 986-05-9176		
Emili Alves de Lima	XIXUAÚ	Agricultura	(92) 986-05-9176		
Maria dos Graça	XIXUAÚ	Agricultura			
Ariene Gama da Silva	XIXUAÚ				
Enildo Almeida Rodrigues	XIXUAÚ	Pescador			



Comunidade Samaúma



GOVERNO DE RORAIMA		SEUC-SISTEMA ESTADUAL DE UNIDADE DE CONSERVAÇÃO RDS E PARQUE LISTA DE PRESENÇA		femarh Fundação Estadual do Meio Ambiente e Recursos Hídricos	
Comunidade Samaúma			Data 09/05/2023		
Nome	Comunidade	Função	TEL		
Robson Soares Pires	Samaúma	Agricultor	(92) 8605-2032		
Mario Araújo	Samaúma	Carpinteiro			
Orlando dos Reis	Samaúma	Dona do Bar			
Diana G. T. de Menezes	Samaúma	Dona do Bar	(95) 98419-3473		
Lucy Ferreira Sacramento	Samaúma	Agricultor	92 935393925		
WALTON T. Pires	SAMAUMA	GUIA TURÍSTICO	(92) 986140520		
Luciane Pedron da Silva	SAMAUMA	Agricultor	(95) 98419-3473		
Selena Lima Pires	SAMAUMA				
Edison de Colares	SAMAUMA	PROFESSOR	(92) 903068335		
Marta Reis de Menezes	Samaúma	Dona do Bar	(92) 98435-5508		

**Comunidade Bela vista**



	SEUC-SISTEMA ESTADUAL DE UNIDADE DE CONSERVAÇÃO RDS E PARQUE LISTA DE PRESENÇA		
Comunidade Bela Vista		Data 10/05/2023	
Nome	Comunidade	Função	TEL
MARCOS SOARES DE SILVA	Bela vista	Madeira	
José Gomes da Silva	Bela vista	Professor	(95)984099168
Pedro Bezerra	Bela vista	Pescador	
José Soares Nascimento F	Bela vista	Pescador	
Mayara Nascimento	BELA VISTA	PESCADORA	
SEBASTIANA SUARIS DA SILVA	BELA VISTA	PESCADORA	
Edna Laila Albuquerque	Bela Vista	acriadora	
Luiza dos Santos Marques	Bela Vista	ACRICULTORA	92986-16-09-20
Luiza nascimento castil	Bela Vista	ACRICULTORA	
Cedra do Tomaz	Bela Vista		



**Comunidade Itaquera**

	SEUC-SISTEMA ESTADUAL DE UNIDADE DE CONSERVAÇÃO RDS E PARQUE LISTA DE PRESENÇA		
Itaquera		Data 10/05/23	
Nome	Comunidade	Função	TEL
Probleval Dica dosilva	ITAKERA	Pescador	92984542429   92986251933
Lucio Nascimento Souza	ITAQUERA	A.C.S	921931439080
Nadia Alves	ITAQUERA		92198407639



	SEUC-SISTEMA ESTADUAL DE UNIDADE DE CONSERVAÇÃO RDS E PARQUE LISTA DE PRESENÇA		
Comunidade Itaquema		Data 10/01/23	
Nome	Comunidade	Função	TEL
Alcinei GAMA DO SILVA	Itaquema	Pedagogo	(92) 986607581
Uagner da Silva Bastos	Itaquema	Guia de PISCIC	
Francisco Borges do Nascimento	Itaquema	Operador de Pesca	
Romário da Silva Batista	Itaquema	Guia de Pesca	
Sônia M. S. Nascimento	Itaquema		
ALBERTO PALHEIRA DA SILVA	Itaquema		(92) 985083926
Raquel Rodrigues Barbosa	Itaquema		(95) 98595-5182
ROSIVAN MENDES DA SILVA	Itaquema		
Robervaldo Mendes da Silva	Itaquema		
Amadeu Nascimento da Silva	Itaquema		



### Comunidade Floresta



	SEUC-SISTEMA ESTADUAL DE UNIDADE DE CONSERVAÇÃO RDS E PARQUE LISTA DE PRESENÇA		
Comunidade Floresta		Data 10/01/23	
Nome	Comunidade	Função	TEL
Edineu Ramos Catil	Floresta	pescador	97 984392726
Adria Rayane S. Ribeiro	Floresta	Estudante	92 98594-4512
Arnildo Pereira de Oliveira	Floresta	Pescador	993 053648
Vlamiel do Nascimento da Silva	Floresta	Pescador	
Francison de Agallão	Floresta	apresente	
Marcelo da Conceição	Floresta	pescadora	92 98610-4699
Deinda Paula da Silva	Floresta	Pescadora	
Anderson Nascimento da Silva	PIORRÃO	pescado e maricultor	
José Pires da Costa	Floresta	Pescado e Agricultor	
Elanilson Santos da Conceição	Floresta	Agricultor	9285525031

	SEUC-SISTEMA ESTADUAL DE UNIDADE DE CONSERVAÇÃO RDS E PARQUE LISTA DE PRESENÇA		
Comunidade Floresta		Data 10/08/23	
Nome	Comunidade	Função	TEL
Beatriz Aragão Cavalcanti	Floresta	arquiteta	92 855 25031
Márcia Cavalcanti Fonseca	Floresta	agricultor	92 8484 6004

Comunidade Remanso

	SEUC-SISTEMA ESTADUAL DE UNIDADE DE CONSERVAÇÃO RDS E PARQUE LISTA DE PRESENÇA		
Comunidade Remanso		Data 11/05/2023	
Nome	Comunidade	Função	TEL
Dilci Barbosa Andrade	Remanso	vigia	92-99378-8865
Joelma Silva dos Santos	Remanso	Bradeira	95 94 74 2746
Clara dos Santos Louzada	Remanso	peca	95 993 2732 22
Jaqueline Silva de Lima	Remanso	peca	95 993 2732 22
Tania Barbosa Bragança	Remanso	peca	95 993 2732 22
Paula Scaglia S.	Remanso	peca	95 993 2732 22
Eliandra S.	Remanso	peca	95 993 2732 22
Thayane Felix de Almeida Amalvaak			
Rosalia Barbosa Bragança			
Maria Jucelia Cunha da Silva	Remanso	peca	92 98599-7750

	SEUC-SISTEMA ESTADUAL DE UNIDADE DE CONSERVAÇÃO RDS E PARQUE LISTA DE PRESEÇA		
Comunidade Remanso		Data 11/05/2023	
Nome	Comunidade	Função	TEL
Jose Jairo da Silva	REMANSO	PESCAE ACT	
ANTONIO FRANCISCO DOS SANTOS	Remanso	ADM	92.9294.8692
FRANCISCO RODRIGUES PEREIRA	-  -	Pesca/tourismo/atividade	
Jose Luis RODRIGUES	-  -	Pesca/tourismo/atividade	
Marilene Vitorina Rodrigues	Remanso	peca/agricultura	
Fabiana Rodrigues Bragaça	Remanso	peca	
Alberto M. da Silva	Remanso	operadore e pesca	9184452945
Francisco Vieira da Cunha	Remanso	panite	
Maria das Graças Simão de Saes	Remanso	Pescadora	
Suzinha de Lima Constante	Remanso	muniçoes	



	SEUC-SISTEMA ESTADUAL DE UNIDADE DE CONSERVAÇÃO RDS E PARQUE LISTA DE PRESEÇA		
Comunidade Remanso		Data 11/05/2023	
Nome	Comunidade	Função	TEL
Maria José Vieira Cunha	Remanso	agricultora	
Rosileli Bragaça	Remanso	peccadora	92.98553-0560

Comunidade Caicubí


GOVERNO DE RORAIMA		SEUC-SISTEMA ESTADUAL DE UNIDADE DE CONSERVAÇÃO RDS E PARQUE LISTA DE PRESENÇA		femarh Fundação Estadual do Meio Ambiente e Recursos Hídricos	
Caicubí				Data: 2/05/23	
Nome	Comunidade	Função	TEL		
Janielson Braz Lima	Caicubí	Presidente da Ass.	(97) 98442-4553		
Francineide P. Santana	Caicubí				
Francisca S. Braz	Caicubí				
Simone Ferreira B. Silva	Caicubí	Pescadora			
Aldemir Cappina	Caicubí	Pescador			
Gezi de Aguiar		Pescador			
Ze Zilca Braz Lima		Pescador			
Roseni das Chagas Ferreira	Caicubí	pescador			
Alfredo Braz J	Caicubí	pescador			
Adriana das Chagas	Caicubí	pescador			

GOVERNO DE RORAIMA		SEUC-SISTEMA ESTADUAL DE UNIDADE DE CONSERVAÇÃO RDS E PARQUE LISTA DE PRESENÇA		femarh Fundação Estadual do Meio Ambiente e Recursos Hídricos	
Caicubí				Data: 2/05/23	
Nome	Comunidade	Função	TEL		
Francisca Lucimide	Caicubí	pescadora			
Francineide P. Santana	Caicubí	agricultora	92 95144261		
Guaciele Lima	Caicubí	agricultora	92 985931019		
Ana Helena Alves Maciel	Caicubí	agricultora	97 99145 3232		
Rayane Braz Lima	Caicubí	agricultora	97 84004976		
Elizângela das Chagas Lima	Caicubí	agricultora	95 984183788		
Francineide Braz da Silva	Caicubí	Pescador	97 9244 92255		
Adeli Zor Moreno de Aguiar	Caicubí	agricultora	(95) 99166-0476		
Janielson P/ Santana	Caicubí	PISCADOR	(95) 984 499020		



Comunidade Panacarica



	SEUC-SISTEMA ESTADUAL DE UNIDADE DE CONSERVAÇÃO RDS E PARQUE LISTA DE PRESENÇA		
Comunidade Panacarica		Data 05/05/2023	
Nome	Comunidade	Função	TEL
Roberval Medeiros da Silva		Pescador	92.99455666
Angelo Lopes da Silva	Panacarica	Pescador	
Elber de Souza Vieira	PANACARICA	Operador de Usina	92.993331460
Lucas Cardoso da Silva	Panacarica	Pescador	92.99192-1825
Francisco Alves	Panacarica	Doméstico	92.99177-6405
Raimundo Souza	Panacarica	Pescador	
André Medeiros dos Santos	Panacarica	Pescador	92.932929109
Abadim Bento	panacarica	pescador	
Mércia Sato da Santa	Panacarica	Pescador	
Alencar de Souza Gomes	Panacarica	pescador	
Antonio Vitor a Cunha		Pescador	95.99176.0296

Comunidade Dona Cota



	SEUC-SISTEMA ESTADUAL DE UNIDADE DE CONSERVAÇÃO RDS E PARQUE LISTA DE PRESENÇA		
Dona Cota		Data 05/05/23	
Nome	Comunidade	Função	TEL
		Guia	92.99207.3802
José Souto da Silva	D.COTA	Guia	92.93597-8163
Michel Souto da Silva	D. COTA		
Marcilene Joaze dos Santos	D. COTA	Agricultora	92.9260.3838
Antônio Souto da Silva	D. COTA	Guia	

Comunidade Cachoeirinha

	SEUC-SISTEMA ESTADUAL DE UNIDADE DE CONSERVAÇÃO RDS E PARQUE LISTA DE PRESEÇA		
Comunidade Cachoeirinha		Data 11/05/2023	
Nome	Comunidade	Função	TEL
Isacilde de Souza Nascimento	Cachoeirinha	Donatária	1951 991622250
Charlton de Souza Pereira	Cachoeirinha	operadora usina	1951 991296763
Pedro Paulo Matta de	Cachoeirinha	agricultor	95991566360
Felipe Plata Klaua	Cachoeirinha	agricultor	559784252608
Manoel Batista um man	CACHOEIRINHA	Agricultor	
reflexão como do nascimento	Cachoeirinha	Agricultor	1951 991240020
Francine de Souza Maximato	Cachoeirinha	Agricultora	1951 991244554
Adriana de Souza de nascimento	Cachoeirinha	Agricultora	1951 991240020
Ana Julia Lima do nascimento	CACHOEIRINHA	estudante	1951 99132047
Eucliana Oliveira de Souza	Cachoeirinha	agricultora	



	SEUC-SISTEMA ESTADUAL DE UNIDADE DE CONSERVAÇÃO RDS E PARQUE LISTA DE PRESEÇA		
Comunidade Cachoeirinha		Data 14/05/2023	
Nome	Comunidade	Função	TEL
Raimundo Alberto A. dos Santos	Cachoeirinha		
Raimundo Pereira dos Santos	Cachoeirinha		
Rosivaldo dos Santos Paiva	Cachoeirinha		
Rozivaldo Pereira da Silva	Cachoeirinha		
WANDY SALES DO NASCIMENTO	Cachoeirinha		
Franciel Santana dos Santos	Cachoeirinha		
NILDA Santa Onaga	Cachoeirinha	Pracadora	
Aracely da Silva Pereira	CACHOEIRINHA	Professora	(97) 984365869
Seu Roberto Souza dos Santos	CACHOEIRINHA		
Raimundo Romão Pereira de Souza	Cachoeirinha	Pracadora/Agricultor	





	SEUC-SISTEMA ESTADUAL DE UNIDADE DE CONSERVAÇÃO RDS E PARQUE LISTA DE PRESEÇA		
Comunidade cachoeirinha		Data 14/05/2023	
Nome	Comunidade	Função	TEL
Agostinho Marques de Sousa	Alta cachoeirinha	Pescador	
Antônio Traha Brito Coelho	cachoeirinha	Agente Aquicultura	
Jackson Frazão	cachoeirinha	Pescador	
Carilson Vieira de Souza	cachoeirinha	Pescador	95 4235380
Romário Moraes de Souza	Cachoeirinha	Pescador	
José Francisco Oliveira dos Santos	Cachoeirinha	Professor	
Raquelny da Silva Benfica	Cachoeirinha	Professora	95 91562661
Cláudio do Vale Nunes	CACHOEIRINHA	ADMINISTRADOR	
José Manoel de Souza			
Raimundo maior da Silva			
Cláudio Vieira de Souza			



Comunidade Canauani

	SEUC-SISTEMA ESTADUAL DE UNIDADE DE CONSERVAÇÃO RDS E PARQUE LISTA DE PRESEÇA		
Comunidade canauani		Data 14/05/2023	
Nome	Comunidade	Função	TEL
Sueli Rosa da Silva	Canauani	Servidora	95 991705573
Demerval Soares da Nascimento	Canauani	Pescador	
Paulinho Lima da Silva	Canauani	Pescador	
Frederico Souza Cipriano	Canauani	Pescador	
Isaías Soares de Nascimento	canauani	Pescador	
Elisângela Rosa da Silva	Canauani	Pescadora	
Elisama de Lima Souza	Canauani	clava de casa	95 995288355
Elisama de Lima Souza	canauani	clava de casa	
Roslene Souza Junior	canauani	Pescador	
Elizangela	canauani	Pescadora	
José Augusto de S. Cavalcanti	CANAUNI	OP	

	SEUC-SISTEMA ESTADUAL DE UNIDADE DE CONSERVAÇÃO RDS E PARQUE LISTA DE PRESEÇA		
		Data 14/04/23	
Camuani			
Nome	Comunidade	Função	TEL
Benjamin Farias da Silva	Camuani	agricultor	95991324463



Comunidade Terra Preta



	SEUC-SISTEMA ESTADUAL DE UNIDADE DE CONSERVAÇÃO RDS E PARQUE LISTA DE PRESEÇA		
		Data 05/05/23	
Terra Preta			
Nome	Comunidade	Função	TEL
Juliana Lima da Paixão	Terra Preta	Professora	
Claudio da J. Miranda	Terra Preta	Professor	95 984049560
Manoel Lopes Moraes	Terra Preta	Agricultor	
Izabela de Souza	Terra Preta	aguiadora	
Diva Miranda dos Santos			
Alice Marcel de Souza	Terra Preta	Dona de casa	55959128-3454
José Augusto Leão	Terra Preta	plátano	
Silvia Regina da Silva	Terra Preta	Alexandra da Silva	
Regiane F. de Oliveira	Terra Preta	Secretaria Escolar	(97) 98432-4113
RAYSON LESTRO			



	SEUC-SISTEMA ESTADUAL DE UNIDADE DE CONSERVAÇÃO RDS E PARQUE LISTA DE PRESENÇA		
Comunidade Terra Preta		Data 15/05/2023	
Nome	Comunidade	Função	TEL
Rafis nascimento dos Santos	Terra Preta	Administrador	
Charles da Silva Vasconcelos	Terra Preta	Pescador	
Reginaldo da Silva Vasconcelos	Terra Preta	pescador	
Bomabodoa Silva Vasconcelos	TERRA PRETA	pescador	
Marina Moraes Santos	Terra Preta	pescador	
Carlis Pereira dos Santos	Terra Preta	Funcionario	
Raimundo Bedum dos	Terra Preta	pescador	
Manoel gome de Souza	Terra Preta	pescador	
Raimundo Bedum da Silva	filho filho	operador	
Lida Barbosa Kamen	Terra Preta	es turcino	
Adriana Ferreira dos Santos	Terra Preta	Funcionaria Publica	

	SEUC-SISTEMA ESTADUAL DE UNIDADE DE CONSERVAÇÃO RDS E PARQUE LISTA DE PRESENÇA		
Terra Preta		Data 15/05/23	
Nome	Comunidade	Função	TEL
MIA VÉIAS DA SILVA VASCONCELOS			



Comunidade Lago Grande



		SEUC-SISTEMA ESTADUAL DE UNIDADE DE CONSERVAÇÃO RDS E PARQUE LISTA DE PRESEÇA			
Comunidade LAGO GRANDE				Data 15 / 05 / 2023	
Nome	Comunidade	Função	TEL		
Arnautan Silva dos Santos	Lago Grande	presalente			
Luiz Augusto Nascimento	Lago grande	Agricultura			
Carolinea nascimento Cardoso	Lago grande	Pescadora			
Henrique Gomes de Souza	Lago grande	Pescador			
Neuza Raima Ferreira Santos	Lago Grande	autônoma	(95) 99403-0051		
Genivaldo Caldas de F.	Lago Grande	funcionário público	(95) 984103-0038		
Maria Gláucia Xavier dos Santos	Lago Grande	autônoma			
Claudio Alberto Leite da Silva	Lago Grande	pescador	(92) 99182-3194		
Marilete da Silva Lopes	Lago Grande	funcionária Municipal	99151-6390		
Chirlene de Souza Santos	Lago grande	pescadora			



		SEUC-SISTEMA ESTADUAL DE UNIDADE DE CONSERVAÇÃO RDS E PARQUE LISTA DE PRESEÇA			
Comunidade LAGO GRANDE				Data 15 / 05 / 2023	
Nome	Comunidade	Função	TEL		
Adenor dos Santos Pereira	Lago Grande	funcionário PI			
Altona Silva dos Santos Filho	Lago grande	autônoma			
Andréia Lima dos Santos	Lago grande	Autônoma			
José Alberto de Sousa Santos	Lago Grande	Estudante			
Alina Silva dos Santos	Lago Grande	Agricodora			
Deborah Lima dos Santos	Lago grande	Pescador			
Francisco de Souza Santos	Lago grande	Pescador			
Agostinho Lopes	Lago grande	Agricultor			
Alberto de Souza Santos	Lago grande	Pescador			
Paulo Raima Machado	Lago grande	Pescador			

	SEUC-SISTEMA ESTADUAL DE UNIDADE DE CONSERVAÇÃO RDS E PARQUE LISTA DE PRESENÇA		
Comunidade LAGO GRANDE		Data 15/05/2003	
Nome	Comunidade	Função	TEL
JOSIMAR DESOUZA DA SILVA	LAGO GRANDE	Pescador	
Alison Pedro Silva dos Santos	lago grande	Pescador	x x x
Andrezza de maceneles Dalonte	lago grande		
Renata de Souza Santos	Lago grande	Axítia de cozinha	95 984070732
João Carlos Mendes Silva	lago grande	pescador	92 984171241
Pedro R. monizes	lago grande	Pescador	
Valdeiza de Souza Santos	lago grande	Pescadora <sup>cozinha</sup>	95 99239-4501
Christile Gonzaga Dias	lago grande	agricultor pescador	95 8414-4158



**Comunidade Sacai**

	SEUC-SISTEMA ESTADUAL DE UNIDADE DE CONSERVAÇÃO RDS E PARQUE LISTA DE PRESENÇA		
Comunidade SACAI		Data 15/05/2003	
Nome	Comunidade	Função	TEL
José Flávio de Souza	SACAI	Pescador	
Raimundo Renato de Lima	SACAI	Agricultor	92.99429-3906
Edson Corrado Alves	SACAI		
Mário Jorge Oliveira	SACAI	Pescador	
Adrieli Sampaio Parente	SACAI	Pescadora	95 99150 2302
Aquino de maura Alves	SACAI	Pescador	
Diante Sudeira de Souza	SACAI	Pescador	
Antonia claudia m de oliveira			
JOSÉ M DOS SANTOS			
Dudu Santos			



	SEUC-SISTEMA ESTADUAL DE UNIDADE DE CONSERVAÇÃO RDS E PARQUE LISTA DE PRESENÇA		
Comunidade SACAÍ		Data 15/05/2023	
Nome	Comunidade	Função	TEL
JONAS NASCIMENTO	SACAÍ	OS SACAÍ	-
VALDEMIR	SACAÍ		
ANA LUIZ	SACAÍ		
Janeis	SACAÍ		
Fabio	SACAÍ		
Renolado	SACAÍ		
Pita	SACAÍ		
Rosilene	SACAÍ		
MOSSIAS	SACAÍ		
ELTON DA SILVA	SACAÍ	FUNCCIONÁRIO PÚBLICO	



	SEUC-SISTEMA ESTADUAL DE UNIDADE DE CONSERVAÇÃO RDS E PARQUE LISTA DE PRESENÇA		
SACAÍ		Data 15/04/23	
Nome	Comunidade	Função	TEL
Maria Bonifacia	SACAÍ		
Francoisline R. Silva	SACAÍ	merendeira	
Joemara J. Araújo	SACAÍ	Professora	95 99144 0020
Altamir Ferreira de Souza	SACAÍ	PISCADOR	
João da Silva Araújo	SACAÍ	PISCADOR	
SEBASTIÃO NASCIMENTO DO SANTO	SACAÍ	PISCADOR	
Francisco Nascimento do Santo	SACAÍ	PISCADOR	
Romilson F. da Silva	SACAÍ	PISCADOR	

**Comunidade Santa Maria Velha**

 <p><b>GOVERNO DE RORAIMA</b></p>	<p>SEUC-SISTEMA ESTADUAL DE UNIDADE DE CONSERVAÇÃO RDS E PARQUE LISTA DE PRESENÇA</p>	 <p><b>femarh</b> Fundação Estadual do Meio Ambiente e Recursos Hídricos</p>	
<p>Comunidade de Santa Maria Velha</p>		<p>Data 17/05/2023</p>	
Nome	Comunidade	Função	TEL
Antonio Batista dos Santos	Santa Maria Velha	Agricultor/Pescador	95 97638459
DAVI dos Santos	Santa Maria Velha	MOTORISTA	95.97.73.0948
Valdeci Azevedo de Azevedo	Santa Maria Velha	Pescadora	(95) 99172-4913
Jovina Fernandes da Silva	Santa Maria Velha	Professor	(95) 99173-0948
PEDRO PEREIRA SETUBA	SANTA MARIA VELHA	AGRICULTOR	

**Comunidade Santa Maria do Boiaçu**

 <p><b>GOVERNO DE RORAIMA</b></p>	<p>SEUC-SISTEMA ESTADUAL DE UNIDADE DE CONSERVAÇÃO RDS E PARQUE LISTA DE PRESENÇA</p>	 <p><b>femarh</b> Fundação Estadual do Meio Ambiente e Recursos Hídricos</p>	
<p>Comunidade de Santa Maria do Boiaçu</p>		<p>Data 18/05/2023</p>	
Nome	Comunidade	Função	TEL
Paulo Antonio de Oliveira			3592981463024
Romildo José P. Moraes			95 991678974
Benício Rangel Santos			
Julio Batista da Silva			
Mário Moreira de Sousa			95999703100
Joaquim Mendes da Silva	Santa Maria do Boiaçu	Func. Público	
JAMILÉ PAIXÃO PEREIRA	SANTA MARIA	PESCADOR	
MARCILIANO DOS SANTOS	SANTA MARIA	PESCADOR	
ALDORE DA SILVA MARCELINO	SANTA MARIA	PESCADOR	

 <p><b>GOVERNO DE RORAIMA</b></p>	<p>SEUC-SISTEMA ESTADUAL DE UNIDADE DE CONSERVAÇÃO RDS E PARQUE LISTA DE PRESEÇA</p>	 <p><b>femarh</b> Fundação Estadual do Meio Ambiente e Recursos Hídricos</p>	
<p>Comunidade Santa Maria do Boiaçu</p>		<p>Data 18/05/2023</p>	
Nome	Comunidade	Função	TEL
Sandra Rocha	Santa Maria	Universitária	93 99154 3536
Giliard Moraes de Oliveira	Santa Maria		95984 040896
Reinanda Renato Reis das Neves	Santa Maria	Guia	92 386151523
Wilson Rodrigues da Silva	Santa Maria	Guia	92921943212
Adeusil Azevedo Rodrigues	Santa M. Boiaçu	Aposentado	095-39952.0750
Valdeildo Franco Ramos	Santa Maria	Guia	95.84017628
Marluce Monteiro Manuel	SM DO BOIAÇU	COMUNITARIO	95.998550617
SOAQUIM M. MORAES	SM DO BOIAÇU	COMUNITARIO	95991704371
Elizer SOUZA do S. S.			
Jonas Brito Marcelino	Santa Maria do Boiaçu		95 991 657243



## 7. QUESTIONÁRIOS

### Modelo de questionário aplicado em cada Comunidade



#### QUESTIONÁRIO DE DESENVOLVIMENTO

(OBS: O objetivo deste questionário é meramente institucional, com o intuito de identificar as reais necessidades da comunidade, realizar o controle das ações e fundamentar futuras estratégias de melhoria)

Comunidade: \_\_\_\_\_ Data: \_\_\_\_\_

Nome do representante familiar: \_\_\_\_\_

Telefone: \_\_\_\_\_

#### Perguntas referente à estrutura e renda familiar.

1. Quantos membros possui a familiar? \_\_\_\_\_ pessoas.
2. Quais as fontes de renda familiar? (Ex. Auxílio do governo, pensão, pesca, criação, artesanato, extração de óleo...)

\_\_\_\_\_

3. Juntando todas as fontes, qual a estimativa de renda familiar mensal?

(Marque uma alternativa)

- a) Entre 1.000,00 até 2.000,00.
- c) Entre 3.001,00 até 4.000,00.
- b) Entre 2.001,00 até 3.000,00
- d) Mais de 4.000,00.

4. Quantas pessoas da família atuam diretamente nas atividades produtivas/extrativistas?  
\_\_\_\_\_ pessoas.

#### Perguntas referente à produção.

5. Quais as linhas de produção?

\_\_\_\_\_

6. Qual a estimativa da produção? E a frequência? (Ex. 5 sacas de farinha - mensal)

\_\_\_\_\_

7. Quais os principais equipamentos/ferramentas utilizadas na produção?

\_\_\_\_\_

8. Quais as maiores dificuldades encontradas?

\_\_\_\_\_

9. Possui alguma sugestão para melhorar a produção?

\_\_\_\_\_

#### Perguntas referente à extração dos recursos naturais.

10. Quais os recursos naturais são extraídos? E a frequência? (Ex. 1 litros de óleo de andiroba - mensal)

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_



11. Quais os equipamentos/ferramentas utilizados na extração?

---

---

12. Quais as maiores dificuldades encontradas?

---

---

13. Possui alguma sugestão para melhorar a extração?

---

---

**Perguntas referente à comercialização.**

14. Como é realizada a comercialização?

---

---

16. Possui alguma sugestão de melhoria?

---

---

**Pergunta referente ao Projeto Estadual de Unidade de Conservação.**

17. Qual a sua expectativa sobre o projeto?

---

---

18. Quanto ao turismo, você conhece algum lugar que apresenta potencial para uso turístico na sua comunidade?

---

---

19. Na sua opinião, a exploração turística pode gerar benefícios na sua comunidade? Justifique.

---

---

---

---

---

---

## 8. ATAS DAS REUNIÕES

### **ATA DE REUNIÃO PARA A ESCOLHA DO CONSELHEIRO E DO SUPLENTE DAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO CAMPINA, DA COMUNIDADE DE XIXUAÚ.**

Ao décimo quinto dia do mês de maio de dois mil e vinte três, estiveram presentes na Comunidade Xixuaú da Reserva Desenvolvimento Sustentável Campina, no município de Rorainópolis, os representantes Ricardo Araujo Medeiros, Dirliany Lopes de Almeida, Gleis Kelly Pereira e Rubem Leite da Silva da Fundação Estadual do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (FEMARH). A reunião teve como início com o Sr. Ricardo, moderador, em que se inicia sua fala realizando uma abordagem sobre duas temáticas, a introdução da lei estadual de número 1.704 criada em 15 de julho de 2022 e da SEUC/RR, de responsabilidade da (FEMARH) criada em 15 de julho de 2022 para adotar as medidas necessárias para gestão eficiente, implantação, consolidação, fiscalização e monitoramento, competindo-lhe ainda a elaboração do plano de manejo, apoiar o extrativismo e as comunidades tradicionais, celebrar contrato de concessão de uso real, proteção ambiental das unidades de conservação e fomentar e executar programas de pesquisas. Com a Lei da SEUC foram criados 02 tipos de unidades de conservação; I- proteção integral com objetivo de preservar a natureza, sendo admitido apenas o uso indireto dos seus recursos naturais, com exceção dos casos previstos nesta Lei, com liberação apenas para se fazer pesquisas científicas, atividades educacionais, recreação, turismo ecológico e visitação pública de acordo com as restrições do plano de manejo da unidade. A II - Unidade de uso sustentável; com objetivo de compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais. Onde a mesma assegura as condições e os meios necessários para a melhoria da qualidade e vida e exploração dos recursos naturais das populações tradicionais e valorizar, conservar e aperfeiçoar o conhecimento e as técnicas de manejo da comunidade. Portanto a mesma será regida por disposições contidas na Lei Estadual e Federal do Sistema Nacional de Unidade de Conservação (SNUC) Nº 9.985/2020, tratou da recategorização das Áreas de Proteção Ambiental na Comunidade de Xixuaú. Explicou também sobre a formulação do conselho, que ele vai ser deliberativo ou consultivo, vai haver monitoramento, fiscalização e avaliação de tudo que for feito dentro da comunidade, abordou sobre quem vai fazer parte do

conselho que são as instituições do meio ambiente, instituições que oferecem serviços sociais, instituições de pesquisas, sociedade civil, pessoas que trabalham com turismo, associações de produtores ou pescadores e representantes da comunidade. Esclareceu aos moradores o papel do conselho, dizendo que é para propor uma gestão participativa onde todos os envolvidos fazem parte da tomada de decisões e das propostas dentro da Unidade de Conservação. A elaboração do plano de manejo se refere a forma de como usar, comercializar os recursos naturais com eficácia, proteção da natureza abordando áreas diversas, apoiar o extrativismo e as comunidades tradicionais, assim como também se faz necessário a escolha de conselheiros para trabalhar em prol das necessidades da comunidade, na organização da atuação das empresas com a finalidade de concentrar recursos para criar novas oportunidade de emprego aos moradores. Finalizada a apresentação, a palavra foi passada para os moradores participantes para expor suas necessidades dentro da comunidade. De acordo com os moradores, na região há a falta da atuação de órgãos fiscalizadores para determinação de até onde é permitido o acesso a outras comunidades em que se há um conflito com a população indígena local, Para o senhor Elton Leite na região se dá a falta de professores e o seguimento do estudo a partir do quinto ano do ensino fundamental, sendo necessário o deslocamento para outra cidade para a conclusão dos estudos, além de trazer prejuízos no âmbito cultural, porque as crianças passam a desvincular com o convívio e costumes de suas comunidades. O S.r. José Gama denuncia o recebimento de multa e voz de prisão por conta da pesca esportiva, em que se há o conflito entre comunidades por meio de órgãos e instituições que determinam os limites e restrições de uso de recursos locais que prejudicam as famílias da comunidade local por conta da ausência de um plano de manejo quanto a utilização dos recursos hídricos, que é uma importante fonte de renda. O s.r. Eraldo fala que a comunidade tem o direito de pegar no Município de Rorainópolis, forno, enxada e outros tipos de material, só que não temos condições de se locomover até lá para pegar, não temos barco, sem contar que o custo é muito alto para chegar lá. Aborda também que já que a balsa traz as cestas básicas para a comunidade, eles já deveriam trazer junto esse material para ser entregue na comunidade, pois assim facilitaria para eles. O s.r. Ricardo, conclui a reunião realizando em sua explicação a demonstração do passo a passo para a criação do

conselho, possibilitar a aplicação do plano de manejo para o surgimento de novos estudos, investimentos para a melhoria da comunidade, e o melhor uso dos recursos do estado na pesca, na agricultura e no turismo, assim como a determinação das regras sobre as operações nessas áreas e a capacitação por meio das instituições que desenvolvem serviços sociais, como o SEBRAE e a EMBRAPA. Após todo momento de conversa com os moradores foi entregue a cada participante um questionário de desenvolvimento com objetivo de identificar as reais necessidades da comunidade. Ao término da reunião em questão, houve a escolha do conselheiro e do respectivo suplente, realizada por meio de votação na comunidade, no qual o conselheiro escolhido foi o senhor **Eraldo Almeida Rodrigues** e o suplente foi o senhor **Elton Leite da Encarnação**. Eu, Gleis Kelly P. Rodrigues, Chefe de Divisão de Unidade de Conservação, lavrei a presente ata que passa a ser assinada por mim e os presentes.

---

Gleis Kelly P. Rodrigues

---

Dirliany Lopes de Almeida

---

Rubem Leite da Silva

---

Eraldo Almeida Rodrigues

---

Elton Leite da Encarnação

#### **ATA DE REUNIÃO PARA A ESCOLHA DO CONSELHEIRO E DO SUPLENTE DAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO CAMPINA, DA COMUNIDADE DE SAMAUMA.**

Ao nono dia do mês de maio de dois mil e vinte três, estiveram presentes na Comunidade Samauma da Reserva Desenvolvimento Sustentável Campina, no município de Rorainópolis, os representantes Ricardo Araújo Medeiros, Dirliany Lopes

de Almeida, Gleis Kelly Pereira e Rubem Leite da Silva da Fundação Estadual do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (FEMARH). A reunião teve como início com o Sr. Ricardo, moderador, em que se inicia sua fala realizando uma abordagem sobre duas temáticas, a introdução da lei estadual de número 1.704 criada em 15 de julho de 2022 e da SEUC/RR, de responsabilidade da (FEMARH) criada em 15 de julho de 2022 para adotar as medidas necessárias para gestão eficiente, implantação, consolidação, fiscalização e monitoramento, competindo-lhe ainda a elaboração do plano de manejo, apoiar o extrativismo e as comunidades tradicionais, celebrar contrato de concessão de uso real, proteção ambiental das unidades de conservação e fomentar e executar programas de pesquisas. Com a Lei da SEUC foram criados 02 tipos de unidades de conservação; I- proteção integral com objetivo de preservar a natureza, sendo admitido apenas o uso indireto dos seus recursos naturais, com exceção dos casos previstos nesta Lei, com liberação apenas para se fazer pesquisas científicas, atividades educacionais, recreação, turismo ecológico e visitação pública de acordo com as restrições do plano de manejo da unidade. A II - Unidade de uso sustentável; com objetivo de compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais. Onde a mesma assegura as condições e os meios necessários para a melhoria da qualidade e vida e exploração dos recursos naturais das populações tradicionais e valorizar, conservar e aperfeiçoar o conhecimento e as técnicas de manejo da comunidade. Portanto a mesma será regida por disposições contidas na Lei Estadual e Federal do Sistema Nacional de Unidade de Conservação (SNUC) Nº 9.985/2020, tratou da recategorização das Áreas de Proteção Ambiental na Comunidade de Samauma. Explicou também sobre a formulação do conselho, que ele vai ser deliberativo ou consultivo, vai haver monitoramento, fiscalização e avaliação de tudo que for feito dentro da comunidade, abordou sobre quem vai fazer parte do conselho que são as instituições do meio ambiente, instituições que oferecem serviços sociais, instituições de pesquisas, sociedade civil, pessoas que trabalham com turismo, associações de produtores ou pescadores e representantes da comunidade. Esclareceu aos moradores o papel do conselho, dizendo que é para propor uma gestão participativa onde todos os envolvidos fazem parte da tomada de decisões e das propostas dentro da Unidade de Conservação. A elaboração do plano de manejo se refere a forma de como usar, comercializar os recursos naturais com

eficácia, proteção da natureza abordando áreas diversas, apoiar o extrativismo e as comunidades tradicionais, assim como também se faz necessário a escolha de conselheiros para trabalhar em prol das necessidades da comunidade, na organização da atuação das empresas com a finalidade de concentrar recursos para criar novas oportunidade de emprego aos moradores. Finalizada a apresentação, a palavra foi passada para os moradores participantes para expor suas necessidades dentro da comunidade. O s.r. Mario Jorge pergunta sobre a atuação da equipe em uma RDS em território indígena com o intuito de questionar se a comunidade terá como trabalhar na RDS, em prol de melhor usufruir dos recursos locais, em que o mesmo ressalta a falta de liberação para o trânsito de pessoas para fora da comunidade, assim como para dentro da comunidade. O s.r. Luiz Ferreira informou que os indígenas pediram uma autorização do Governo Federal para eles ampliarem a área em torno deles, porém o Governo Federal negou. Mesmo sem autorização eles vieram e aumentaram a área deles próximo ao castanhal da comunidade implicando nossa entrada. O s.r. Mario Jorge latada que já tem uns 20 anos que ninguém mais entra lá, então para ele isso é um trabalho inútil, pois não vai funcionar. O s.r. Luiz Ferreira aborda sobre a situação da educação na comunidade que era para eles terem o ensino fundamental completo, hoje em dia a comunidade se acaba por conta disso, porque a partir do 4º ano as crianças já tem que ir embora junto com os pais. Em vez da comunidade crescer ela só faz regredir. O s.r. Ricardo, conclui a reunião realizando em sua explicação a demonstração do passo a passo para a criação do conselho, possibilitar a aplicação do plano de manejo para o surgimento de novos estudos, investimentos para a melhoria da comunidade, e o melhor uso dos recursos do estado na pesca, na agricultura e no turismo, assim como a determinação das regras sobre as operações nessas áreas e a capacitação por meio das instituições que desenvolvem serviços sociais, como o SEBRAE e a EMBRAPA. Após todo momento de conversa com os moradores foi entregue a cada participante um questionário de desenvolvimento com objetivo de identificar as reais necessidades da comunidade. Ao término da reunião em questão, houve a escolha do conselheiro e do respectivo suplente, realizada por meio de votação na comunidade, no qual o conselheiro escolhido foi o senhor **Jonathas Peres de Menezes** e o suplente foi o senhor **Wadson**

**Ferreira Peres.** Eu, Gleis Kelly P. Rodrigues, Chefe de Divisão de Unidade de Conservação, lavrei a presente ata que passa a ser assinada por mim e os presentes.

---

Gleis Kelly P. Rodrigues

---

Dirliany Lopes de Almeida

---

Rubem Leite da Silva

---

Jonathas Peres de Menezes

---

Wadson Ferreira Peres

## **ATA DE REUNIÃO PARA A ESCOLHA DO CONSELHEIRO E DO SUPLENTE DAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO CAMPINA, DA COMUNIDADE DE BELA VISTA.**

Ao décimo quinto dia do mês de maio de dois mil e vinte três, estiveram presentes na Comunidade Bela Vista da Reserva Desenvolvimento Sustentável Campina, no município de Rorainópolis, os representantes Ricardo Araujo Medeiros, Dirliany Lopes de Almeida, Gleis Kelly Pereira e Rubem Leite da Silva da Fundação Estadual do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (FEMARH). A reunião teve como início com o Sr. Ricardo, moderador, em que se inicia sua fala realizando uma abordagem sobre duas temáticas, a introdução da lei estadual de número 1.704 criada em 15 de julho de 2022 e da SEUC/RR, de responsabilidade da (FEMARH) criada em 15 de julho de 2022 para adotar as medidas necessárias para gestão eficiente, implantação, consolidação,



fiscalização e monitoramento, competindo-lhe ainda a elaboração do plano de manejo, apoiar o extrativismo e as comunidades tradicionais, celebrar contrato de concessão de uso real, proteção ambiental das unidades de conservação e fomentar e executar programas de pesquisas. Com a Lei da SEUC foram criados 02 tipos de unidades de conservação; I- proteção integral com objetivo de preservar a natureza, sendo admitido apenas o uso indireto dos seus recursos naturais, com exceção dos casos previstos nesta Lei, com liberação apenas para se fazer pesquisas científicas, atividades educacionais, recreação, turismo ecológico e visitação pública de acordo com as restrições do plano de manejo da unidade. A II - Unidade de uso sustentável; com objetivo de compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais. Onde a mesma assegura as condições e os meios necessários para a melhoria da qualidade e vida e exploração dos recursos naturais das populações tradicionais e valorizar, conservar e aperfeiçoar o conhecimento e as técnicas de manejo da comunidade. Portanto a mesma será regida por disposições contidas na Lei Estadual e Federal do Sistema Nacional de Unidade de Conservação (SNUC) Nº 9.985/2020, tratou da recategorização das Áreas de Proteção Ambiental na Comunidade de Bela Vista. Explicou também sobre a formulação do conselho, que ele vai ser deliberativo ou consultivo, vai haver monitoramento, fiscalização e avaliação de tudo que for feito dentro da comunidade, abordou sobre quem vai fazer parte do conselho que são as instituições do meio ambiente, instituições que oferecem serviços sociais, instituições de pesquisas, sociedade civil, pessoas que trabalham com turismo, associações de produtores ou pescadores e representantes da comunidade. Esclareceu aos moradores o papel do conselho, dizendo que é para propor uma gestão participativa onde todos os envolvidos fazem parte da tomada de decisões e das propostas dentro da Unidade de Conservação. A elaboração do plano de manejo se refere a forma de como usar, comercializar os recursos naturais com eficácia, proteção da natureza abordando áreas diversas, apoiar o extrativismo e as comunidades tradicionais, assim como também se faz necessário a escolha de conselheiros para trabalhar em prol das necessidades da comunidade, na organização da atuação das empresas com a finalidade de concentrar recursos para criar novas oportunidade de emprego aos moradores. Finalizada a apresentação, a palavra foi passada para os moradores participantes para expor suas necessidades

dentro da comunidade. Os moradores da comunidade alegam possuírem a dificuldade para realizar a pesca, a principal fonte de renda da comunidade de Bela Vista, por conta da atuação de uma servidora da ICMBIO, denominada como Leila, assim conhecida na comunidade local. O senhor José Soares denuncia as condições precárias na saúde e solicita o apoio dos órgãos do governo, nas escolas, em que a estrutura das mesmas possuem situação propícia ao desabamento, e também enfatiza que os moradores se sentem como se estivessem abandonados, sem auxílio do governo. O sr Ricardo conclui abordando a importância da comunidade idealizar a criação de associações, cooperativas, e aproveitar as oportunidades para buscar os meios e recursos do estado, como o apoio do Sebrae e da Embrapa para ampliar o conhecimento técnico para especialização para o empreendimento e a qualificação profissional. Os recursos de base para a comunidade tradicional requerem a criação de leis para a viabilização de recurso e também do conselho da comunidade. É de suma importância que seja verificado o potencial dos recursos contidos na comunidade para trazer renda por meio do investimento no turismo. Após todo momento de conversa com os moradores foi entregue a cada participante um questionário de desenvolvimento com objetivo de identificar as reais necessidades da comunidade. Ao término da reunião em questão, houve a escolha do conselheiro e do respectivo suplente, realizada por meio de votação na comunidade, no qual o conselheiro escolhido foi o senhor **Simeão Anhape Bezerra** e o suplente foi o senhor **Rodrigo Alves Barroso**. Eu, Gleis Kelly P. Rodrigues, Chefe de Divisão de Unidade de Conservação, lavrei a presente ata que passa a ser assinada por mim e os presentes.

---

Gleis Kelly P. Rodrigues

---

Dirliany Lopes de Almeida

---

Rubem Leite da Silva

---

Simeão Anhape Bezerra

---

Rodrigo Alves Barroso

**ATA DE REUNIÃO PARA A ESCOLHA DO CONSELHEIRO E DO SUPLENTE DAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO ENTORNO DA RDS CAMPINA, DA COMUNIDADE DE ITAQUERA.**

Ao décimo primeiro dia do mês de maio de dois mil e vinte três, estiveram presentes na Comunidade Itaquera da Reserva Desenvolvimento Sustentável entorno a Campina, no município de Rorainópolis, os representantes Ricardo Araújo Medeiros, Dirliany Lopes de Almeida, Gleis Kelly Pereira e Rubem Leite da Silva da Fundação Estadual do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (FEMARH). A reunião teve como início com o Sr. Ricardo, moderador, em que se inicia sua fala realizando uma abordagem sobre duas temáticas, a introdução da lei estadual de número 1.704 criada em 15 de julho de 2022 e da SEUC/RR, de responsabilidade da (FEMARH) criada em 15 de julho de 2022 para adotar as medidas necessárias para gestão eficiente, implantação, consolidação, fiscalização e monitoramento, competindo-lhe ainda a elaboração do plano de manejo, apoiar o extrativismo e as comunidades tradicionais, celebrar contrato de concessão de uso real, proteção ambiental das unidades de conservação e fomentar e executar programas de pesquisas. Com a Lei da SEUC

foram criados 02 tipos de unidades de conversação; I- proteção integral com objetivo de preservar a natureza, sendo admitido apenas o uso indireto dos seus recursos naturais, com exceção dos casos previstos nesta Lei, com liberação apenas para se fazer pesquisas científicas, atividades educacionais, recreação, turismo ecológico e visitação pública de acordo com as restrições do plano de manejo da unidade. A II - Unidade de uso sustentável; com objetivo de compatibilizar a conversação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais. Onde a mesma assegura as condições e os meios necessários para a melhoria da qualidade e vida e exploração dos recursos naturais das populações tradicionais e valorizar, conservar e aperfeiçoar o conhecimento e as técnicas de manejo da comunidade. Portanto a mesma será regida por disposições contidas na Lei Estadual e Federal do Sistema Nacional de Unidade de Conservação (SNUC) Nº 9.985/2020, tratou da recategorização das Áreas de Proteção Ambiental na comunidade de Itaquera. Explicou também sobre a formulação do conselho, que ele vai ser deliberativo ou consultivo, vai haver monitoramento, fiscalização e avaliação de tudo que for feito dentro da comunidade, abordou sobre quem vai fazer parte do conselho que são as instituições do meio ambiente, instituições que oferecem serviços sociais, instituições de pesquisas, sociedade civil, pessoas que trabalham com turismo, associações de produtores ou pescadores e representantes da comunidade. Esclareceu os moradores o papel do conselho, dizendo que é propor uma gestão participativa onde todos os envolvidos fazem parte da tomada de decisões e das propostas dentro da Unidade de Conservação. Finalizada a apresentação, a palavra foi passada para os moradores participantes para expor suas necessidades dentro da comunidade. O senhor Roberval aborda sobre as dificuldades da região, principalmente de Juaperi, não só da comunidade mas sim todas que fazem parte em torno do rio. Já que não podemos trabalhar porque virou uma Unidade Federal, e agora com a criação da RDS que é Estadual, nós esperamos que uma das duas possa trazer projetos de desenvolvimento de atividade de trabalho como por exemplo a castanha que é uma produção que nunca mais deu como dava antes, assim como outras frutas que no qual podemos vender, porém tendo quem compre-as. As atividades principal da comunidade é o turismo, que foi embargado pela Lei Federal desde de 2006, e com isso vem prejudicando toda a comunidade, principalmente as do rio Juaperi, como isso

a população sofre as consequências das atividades de trabalho, as pessoas que vendem seus artesanatos ficam sem vender porque não tem turista para a região por conta do rio que foi embargado. Então essa é uma das dificuldades que viemos enfrentando, sendo assim pedimos ajuda ao nosso governador, prefeito e autoridades para que olhe para nossa comunidade nessa questão. O sr Ricardo, conclui a reunião realizando em sua explicação a demonstração do passo a passo para a criação do conselho, possibilitar a aplicação do plano de manejo para o surgimento de novos estudos, investimentos para a melhoria da comunidade, e o melhor uso dos recursos do estado na pesca, na agricultura e no turismo, assim como a determinação das regras sobre as operações nessas áreas e a capacitação por meio das instituições que desenvolvem serviços sociais, como o SEBRAE e a EMBRAPA. Após todo momento de conversa com os moradores foi entregue a cada participante um questionário de desenvolvimento com objetivo de identificar as reais necessidades da comunidade. Ao término da reunião em questão, houve a escolha do conselheiro e do respectivo suplente, realizada por meio de votação na comunidade, no qual o conselheiro escolhido foi o senhor **Alcinei Gama da Silva** e o suplente foi a senhor **Roberval Dias da Silva**. Eu, Gleis Kelly P. Rodrigues, Chefe de Divisão de Unidade de Conservação, lavrei a presente ata que passa a ser assinada por mim e os presentes.

---

Gleis Kelly P. Rodrigues

---

Dirliany Lopes de Almeida

---

Rubem Leite da Silva

---

Alcinei Gama da Silva

---

Roberval Dias da Silva

## **ATA DE REUNIÃO PARA A ESCOLHA DO CONSELHEIRO E DO SUPLENTE DAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO XERUINÍ, DA COMUNIDADE FLORESTA.**

Ao décimo segundo dia do mês de maio de dois mil e vinte três, estiveram presentes na Comunidade Floresta da Reserva Desenvolvimento Sustentável Xeruiní (RDSX), no município de Rorainópolis, os representantes Ricardo Araújo Medeiros, Dirliany Lopes de Almeida, Gleis Kelly Pereira e Rubem Leite da Silva da Fundação Estadual do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (FEMARH). A reunião teve como início com o Sr. Ricardo, moderador, em que se inicia sua fala realizando uma abordagem sobre duas temáticas, a introdução da lei estadual de número 1.704 criada em 15 de julho de 2022 e da SEUC/RR, de responsabilidade da (FEMARH) criada em 15 de julho de 2022 para adotar as medidas necessárias para gestão eficiente, implantação, consolidação, fiscalização e monitoramento, competindo-lhe ainda a elaboração do plano de manejo, apoiar o extrativismo e as comunidades tradicionais, celebrar contrato de concessão de uso real, proteção ambiental das unidades de conservação e fomentar e executar programas de pesquisas. Com a Lei da SEUC foram criados 02 tipos de unidades de conservação; I- proteção integral com objetivo de preservar a natureza, sendo admitido apenas o uso indireto dos seus recursos naturais, com exceção dos casos previstos nesta Lei, com liberação apenas para se fazer pesquisas científicas, atividades educacionais, recreação, turismo ecológico e visitação pública de acordo com as restrições do plano de manejo da unidade. A II - Unidade de uso sustentável; com objetivo de compatibilizar a conservação da natureza com o uso

sustentável de parcela dos seus recursos naturais. Onde a mesma assegura as condições e os meios necessários para a melhoria da qualidade de vida e exploração dos recursos naturais das populações tradicionais e valorizar, conservar e aperfeiçoar o conhecimento e as técnicas de manejo da comunidade. Portanto a mesma será regida por disposições contidas na Lei Estadual e Federal do Sistema Nacional de Unidade de Conservação (SNUC) Nº 9.985/2020, tratou da recategorização das Áreas de Proteção Ambiental na Comunidade de Floresta. Explicou também sobre a formulação do conselho, que ele vai ser deliberativo ou consultivo, vai haver monitoramento, fiscalização e avaliação de tudo que for feito dentro da comunidade, abordou sobre quem vai fazer parte do conselho que são as instituições do meio ambiente, instituições que oferecem serviços sociais, instituições de pesquisas, sociedade civil, pessoas que trabalham com turismo, associações de produtores ou pescadores e representantes da comunidade. Esclareceu aos moradores o papel do conselho, dizendo que é para propor uma gestão participativa onde todos os envolvidos fazem parte da tomada de decisões e das propostas dentro da Unidade de Conservação. A elaboração do plano de manejo se refere a forma de como usar, comercializar os recursos naturais com eficácia, proteção da natureza abordando áreas diversas, apoiar o extrativismo e as comunidades tradicionais, assim como também se faz necessário a escolha de conselheiros para trabalhar em prol das necessidades da comunidade, na organização da atuação das empresas com a finalidade de concentrar recursos para criar novas oportunidade de emprego aos moradores. Finalizada a apresentação, a palavra foi passada para os moradores participantes para expor suas necessidades dentro da comunidade. Para a sra Lilian os moradores da comunidade estão sendo prejudicados para o sustento familiar, e denuncia a falta de ter um órgão que se preocupe em atender as necessidades locais, em que se há a restrição de recursos naturais para o uso com base na lei da RESEX. O plano de manejo tem a finalidade de dividir as áreas de recursos naturais para possibilitar o acesso a toda a população tradicional, a conservação da natureza, normas e restrições, em que se faz necessário a nomeação de um conselheiro e um suplente. Além da saúde e educação, necessidade comum nas comunidades do baixo rio branco, a falta de medicamentos, se faz necessário o apoio do estado no fornecimento de adubo, equipamentos, transportes para a viabilização da agricultura,

motores, combustível e ao extrativismo. As empresas estabelecidas na região requerem a liberação para a atuação conforme a adequação ao plano de manejo. Por conta da presença de ameaças na comunidade acerca da perda de seus utensílios de pesca e o recebimento de multas por crimes ambientais, por mais que possuem a carteirinha de pesca, a atividade econômica maior é a produção da farinha. O sr Randson denuncia a atuação de forma ilegal e prejudicial para a comunidade através da funcionária Leila do CMBIO, exercendo a proibição da pesca e também reivindica o apoio do estado através o envio de um engenheiro agrônomo para ajudar no suporte técnico dos trabalhadores. O senhor Ricardo conclui abordando que toda unidade de conservação requer um plano de manejo e é dever do estado apoiar, capacitar a população com o ensino e a atuação de empresas de forma a possibilitar o acesso a melhorias para o bom desenvolvimento da comunidade, o conselho irá destinar a fiscalização, monitorar e avaliar a aplicação do plano de manejo conforme a necessidade da comunidade, assim como a determinação das regras sobre as operações nessas áreas e a capacitação por meio das instituições que desenvolvem serviços sociais, como o SEBRAE e a EMBRAPA. Após todo momento de conversa com os moradores foi entregue a cada participante um questionário de desenvolvimento com objetivo de identificar as reais necessidades da comunidade. Ao término da reunião em questão, houve a escolha do conselheiro e do respectivo suplente, realizada por meio de votação na comunidade, no qual o conselheiro escolhido foi o senhor **Anderson Nascimento da silva** e o suplente foi a senhora **Lilian Castro da Conceição**. Eu, Gleis Kelly P. Rodrigues, Chefe de Divisão de Unidade de Conservação, lavrei a presente ata que passa a ser assinada por mim e os presentes.

---

Gleis Kelly P. Rodrigues

---

Dirliany Lopes de Almeida

---

Rubem Leite da Silva

---



Anderson Nascimento da Silva

---

Lilian Castro da Conceição

## **ATA DE REUNIÃO PARA A ESCOLHA DO CONSELHEIRO E DO SUPLENTE DAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO XERUINÍ, DA COMUNIDADE DE REMANSO.**

Ao décimo primeiro dia do mês de maio de dois mil e vinte três, estiveram presentes na Comunidade Remanso da Reserva Desenvolvimento Sustentável Xeruiní (RDSX), no município de Rorainópolis, os representantes Ricardo Araújo Medeiros, Dirliany Lopes de Almeida, Gleis Kelly Pereira e Rubem Leite da Silva da Fundação Estadual do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (FEMARH). A reunião teve como início com o Sr. Ricardo, moderador, em que se inicia sua fala realizando uma abordagem sobre duas temáticas, a introdução da lei estadual de número 1.704 criada em 15 de julho de 2022 e da SEUC/RR, de responsabilidade da (FEMARH) criada em 15 de julho de 2022 para adotar as medidas necessárias para gestão eficiente, implantação, consolidação, fiscalização e monitoramento, competindo-lhe ainda a elaboração do plano de manejo, apoiar o extrativismo e as comunidades tradicionais, celebrar contrato de concessão de uso real, proteção ambiental das unidades de conservação e fomentar e executar programas de pesquisas. Com a Lei da SEUC foram criados 02 tipos de unidades de conservação; I- proteção integral com objetivo de preservar a natureza, sendo admitido apenas o uso indireto dos seus recursos naturais, com exceção dos casos previstos nesta Lei, com liberação apenas para se fazer pesquisas científicas, atividades educacionais, recreação, turismo ecológico e visitação pública de acordo com as restrições do plano de manejo da unidade. A II - Unidade de uso sustentável; com objetivo de compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais. Onde a mesma assegura as condições e os meios necessários para a melhoria da qualidade de vida e exploração dos recursos naturais das populações tradicionais e valorizar, conservar e aperfeiçoar o conhecimento e as técnicas de manejo da comunidade. Portanto a mesma será regida por disposições contidas na Lei Estadual e Federal do Sistema Nacional de Unidade de Conservação (SNUC) Nº 9.985/2020, tratou da recategorização das Áreas de Proteção Ambiental na comunidade de Remanso. Explicou também sobre a

formulação do conselho, que ele vai ser deliberativo ou consultivo, vai haver monitoramento, fiscalização e avaliação de tudo que for feito dentro da comunidade, abordou sobre quem vai fazer parte do conselho que são as instituições do meio ambiente, instituições que oferecem serviços sociais, instituições de pesquisas, sociedade civil, pessoas que trabalham com turismo, associações de produtores ou pescadores e representantes da comunidade. Esclareceu os moradores o papel do conselho, dizendo que é propor uma gestão participativa onde todos os envolvidos fazem parte da tomada de decisões e das propostas dentro da Unidade de Conservação. Finalizada a apresentação, a palavra foi passada para os moradores participantes para expor suas necessidades dentro da comunidade. De acordo com o senhor Paulo Sérgio, os únicos recursos que a comunidade tem lucro é o turismo, a pesca esportiva e o manejo de jaraquis, e foram inviabilizadas pela falta de legalização. Em relação a produção de farinha, reivindica o apoio do governo na cultivação da mandioca, na falta de bancadas para a produção de farinha e agradece pela cesta básica recebida e enfatiza a importância da doação de alimentos para o sustento familiar. Conforme o s.r. Francisco Pereira, comenta sobre a falta de valorização dos trabalhadores da comunidade mediante a atividade de uma determinada empresa local que usufrui dos recursos locais e não realiza o pagamento pelo uso dos recursos o que prejudica a economia e o sustento das famílias da comunidade. O mesmo conclui retratando sobre as dificuldades enfrentadas pela região, sugestões para extração dos alimentos, implementação de saúde, educação e recursos para melhorias na utilização dos recursos naturais e ambientais, a aplicação de recursos para alavancar o turismo na região, e otimizar economia, geração de empregos e de benefícios para a comunidade. Para o s.r. Lídio Barbosa aborda sobre a dificuldade em realização da pesca, e denuncia a proibição da prática da pesca advinda pelo governo do Amazonas sendo que a pescaria é um importante recurso na economia local e o único recurso para algumas famílias da região, e explica que sem poder usufruir dos meios para a comunidade extrair sua renda e o seu sustento poderá ocorrer a extinção da comunidade local. O s.r. Moderador explica que toda empresa que for operar na comunidade, não podem trazer ninguém de fora, e que a mão de obra inteira tem que ser exclusiva da comunidade e que as empresas só vão poder operar com o Licenciamento da FEMARH. Dentro do plano de manejo o

conselheiro que vai ditar a regra, saber de todo recurso que vai entrar e sair da comunidade. Os conselhos estarão compostos por empresas na área do turismo, meio ambiente, serviços sociais, instituições públicas, universidades e entre outros, em que é necessário a escolha de conselheiros na comunidade. O sr Ricardo conclui a reunião abordando que é necessário o apoio do estado em prol da comunidade, assim como anunciar as melhorias que estão sendo obtidos pelo estado para auxiliar os moradores junto a prática do plano de manejo, assim como a legalização para o uso adequado e a exploração dos recursos para estar de acordo com o conselho, proteção ambiental e a destinação das áreas para desmatamento e plantações através da aplicação do plano de manejo, assim como a determinação das regras sobre as operações nessas áreas e a capacitação por meio das instituições que desenvolvem serviços sociais, como o SEBRAE e a EMBRAPA. Após todo momento de conversa com os moradores foi entregue a cada participante um questionário de desenvolvimento com objetivo de identificar as reais necessidades da comunidade. Ao término da reunião em questão, houve a escolha do conselheiro e do respectivo suplente, realizada por meio de votação na comunidade, no qual o conselheiro escolhido foi o senhor **Antônio Francisco dos Santos Evangelista** e o suplente foi a senhora **Tanha Barbosa Bragança**. Eu, Gleis Kelly P. Rodrigues, Chefe de Divisão de Unidade de Conservação, lavrei a presente ata que passa a ser assinada por mim e os presentes.

\_\_\_\_\_  
Gleis Kelly P. Rodrigues

\_\_\_\_\_  
Dirliany Lopes de Almeida

\_\_\_\_\_  
Rubem Leite da Silva

\_\_\_\_\_  
Antônio Francisco dos Santos Evangelista \_\_\_\_\_  
Tanha Barbosa Bragança

**ATA DE REUNIÃO PARA A ESCOLHA DO CONSELHEIRO E DO SUPLENTE DAS  
UNIDADES DE CONSERVAÇÃO XERUINI, DA COMUNIDADE DE CAICUBÍ**

Ao décimo segundo dia do mês de maio de dois mil e vinte três, estiveram presentes na Comunidade Caicubí da Reserva Desenvolvimento Sustentável Xeruiní (RDSX), no município de Caracaraí, os representantes Ricardo Araújo Medeiros, Dirliany Lopes de Almeida, Gleis Kelly Pereira e Rubem Leite da Silva da Fundação Estadual do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (FEMARH). A reunião teve como início com o Sr. Ricardo, moderador, em que se inicia sua fala realizando uma abordagem sobre duas temáticas, a introdução da lei estadual de número 1.704 criada em 15 de julho de 2022 e da SEUC/RR, de responsabilidade da (FEMARH) criada em 15 de julho de 2022 para adotar as medidas necessárias para gestão eficiente, implantação, consolidação, fiscalização e monitoramento, competindo-lhe ainda a elaboração do plano de manejo, apoiar o extrativismo e as comunidades tradicionais, celebrar contrato de concessão de uso real, proteção ambiental das unidades de conservação e fomentar e executar programas de pesquisas. Com a Lei da SEUC foram criados 02 tipos de unidades de conservação; I- proteção integral com objetivo de preservar a natureza, sendo admitido apenas o uso indireto dos seus recursos naturais, com exceção dos casos previstos nesta Lei, com liberação apenas para se fazer pesquisas científicas, atividades educacionais, recreação, turismo ecológico e visitação pública de acordo com as restrições do plano de manejo da unidade. A II - Unidade de uso sustentável; com objetivo de compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais. Onde a mesma assegura as condições e os meios necessários para a melhoria da qualidade e vida e exploração dos recursos naturais das populações tradicionais e valorizar, conservar e aperfeiçoar o conhecimento e as técnicas de manejo da comunidade. Portanto a mesma será regida por disposições contidas na Lei Estadual e Federal do Sistema Nacional de Unidade de Conservação (SNUC) Nº 9.985/2020, tratou da recategorização das Áreas de Proteção Ambiental na Comunidade de Caicubí. Explicou também sobre a formulação do conselho, que ele vai ser deliberativo ou consultivo, vai haver monitoramento, fiscalização e avaliação de tudo que for feito dentro da comunidade, abordou sobre quem vai fazer parte do conselho que são as instituições do meio ambiente, instituições que oferecem serviços sociais, instituições de pesquisas, sociedade civil, pessoas que trabalham com turismo, associações de produtores ou pescadores e representantes da comunidade. Esclareceu aos moradores o papel do conselho, dizendo que é para

propor uma gestão participativa onde todos os envolvidos fazem parte da tomada de decisões e das propostas dentro da Unidade de Conservação. A elaboração do plano de manejo se refere a forma de como usar, comercializar os recursos naturais com eficácia, proteção da natureza abordando áreas diversas, apoiar o extrativismo e as comunidades tradicionais, assim como também se faz necessário a escolha de conselheiros para trabalhar em prol das necessidades da comunidade, na organização da atuação das empresas com a finalidade de concentrar recursos para criar novas oportunidade de emprego aos moradores. Finalizada a apresentação, a palavra foi passada para os moradores participantes para expor suas necessidades dentro da comunidade. Em geral a maioria relata que comunidade possui um grande potencial para a área econômica e extrativista, castanhais e açazeiros, uma divisão comunitária que ocasiona prejuízos como a intimidação, violência aos moradores, e processos judiciais, o que tem estagnado o avanço da comunidade. O professor Delfini fala que na comunidade os moradores se consideram sem apoio do governo, com equipamentos, em que se faria interessante um maior investimento para otimizar o setor econômico da região e meios para auxiliar na educação dos jovens. O senhor Júnior denuncia a dificuldade na área de saúde, transportes, materiais de higiene, equipamentos para remoção, e auxílio para o custeamento das despesas para a estruturação das unidades de saúde. Para a senhora Lucilene reforça a importância de fala dos moradores, por não aguentarem mais sofrerem calados sem possuírem meios para resolver as questões de necessidade da comunidade. O moderador enfatiza que a Femarh tem dois projetos já sendo estudados quanto a fiscalização e conclui a reunião realizando em sua explicação a demonstração do passo a passo para a criação do conselho, possibilitar a aplicação do plano de manejo para o surgimento de novos estudos, investimentos para a melhoria da comunidade, e o melhor uso dos recursos do estado na pesca, na agricultura e no turismo, assim como a determinação das regras sobre as operações nessas áreas e a capacitação por meio das instituições que desenvolvem serviços sociais, como o SEBRAE e a EMBRAPA. Após todo momento de conversa com os moradores foi entregue a cada participante um questionário de desenvolvimento com objetivo de identificar as reais necessidades da comunidade. Ao término da reunião em questão, houve a escolha do conselheiro e do respectivo suplente, realizada por meio de votação na comunidade, no qual o

conselheiro escolhido foi a senhora **Francinete Elias** e o suplente foi o senhor **Janielson Brás Lima**. Eu, Gleis Kelly P. Rodrigues, Chefe de Divisão de Unidade de Conservação, lavrei a presente ata que passa a ser assinada por mim e os presentes.

---

Gleis Kelly P. Rodrigues

---

Dirliany Lopes de Almeida

---

Rubem Leite da Silva

---

Francinete Elias

---

Janielson Brás Lima

## **ATA DE REUNIÃO PARA A ESCOLHA DO CONSELHEIRO E DO SUPLENTE DA UNIDADE DE CONSERVAÇÃO XERUINI, DA COMUNIDADE DE PANACARICA**

Ao décimo terceiro dia do mês de maio de dois mil e vinte três, estiveram presentes na Comunidade Panacarica da Reserva Desenvolvimento Sustentável Xeruiní (RDSX), no município de Caracaraí, os representantes Ricardo Araújo Medeiros, Dirliany Lopes de Almeida, Gleis Kelly Pereira e Rubem Leite da Silva da Fundação Estadual do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (FEMARH). A reunião teve como início com o Sr. Ricardo, moderador, em que se inicia sua fala realizando uma abordagem sobre duas temáticas, a introdução da lei estadual de número 1.704 criada em 15 de julho de 2022 e da SEUC/RR, de responsabilidade da (FEMARH) criada em

15 de julho de 2022 para adotar as medidas necessárias para gestão eficiente, implantação, consolidação, fiscalização e monitoramento, competindo-lhe ainda a elaboração do plano de manejo, apoiar o extrativismo e as comunidades tradicionais, celebrar contrato de concessão de uso real, proteção ambiental das unidades de conservação e fomentar e executar programas de pesquisas. Com a Lei da SEUC foram criados 02 tipos de unidades de conservação; I- proteção integral com objetivo de preservar a natureza, sendo admitido apenas o uso indireto dos seus recursos naturais, com exceção dos casos previstos nesta Lei, com liberação apenas para se fazer pesquisas científicas, atividades educacionais, recreação, turismo ecológico e visitação pública de acordo com as restrições do plano de manejo da unidade. A II - Unidade de uso sustentável; com objetivo de compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais. Onde a mesma assegura as condições e os meios necessários para a melhoria da qualidade e vida e exploração dos recursos naturais das populações tradicionais e valorizar, conservar e aperfeiçoar o conhecimento e as técnicas de manejo da comunidade. Portanto a mesma será regida por disposições contidas na Lei Estadual e Federal do Sistema Nacional de Unidade de Conservação (SNUC) Nº 9.985/2020, tratou da recategorização das Áreas de Proteção Ambiental na Comunidade de Panacarica. Explicou também sobre a formulação do conselho, que ele vai ser deliberativo ou consultivo, vai haver monitoramento, fiscalização e avaliação de tudo que for feito dentro da comunidade, abordou sobre quem vai fazer parte do conselho que são as instituições do meio ambiente, instituições que oferecem serviços sociais, instituições de pesquisas, sociedade civil, pessoas que trabalham com turismo, associações de produtores ou pescadores e representantes da comunidade. Esclareceu aos moradores o papel do conselho, dizendo que é para propor uma gestão participativa onde todos os envolvidos fazem parte da tomada de decisões e das propostas dentro da Unidade de Conservação. A elaboração do plano de manejo se refere a forma de como usar, comercializar os recursos naturais com eficácia, proteção da natureza abordando áreas diversas, apoiar o extrativismo e as comunidades tradicionais, assim como também se faz necessário a escolha de conselheiros para trabalhar em prol das necessidades da comunidade, na organização da atuação das empresas com a finalidade de concentrar recursos para criar novas oportunidade de emprego aos

moradores. Finalizada a apresentação, a palavra foi passada para os moradores participantes para expor suas necessidades dentro da comunidade. Em geral os moradores da comunidade retratam apresentar a dificuldade na realização na pesca por conta da atuação dos fiscais e vigiais que fazem a vigilância na comunidade, que usam do intuito da violência para consistir na proibição do uso do recurso natural e a aglomeração de pessoas, o anseio pela sensação de poder e exclusividade no uso do recurso natural, a necessidade de instalação de bases fiscais para o controle referente ao uso dos trabalhadores nos diversos barcos para a prática da pesca. O S.r. Antônio fala que eles estão mais de meses tentando reabrir a única escola, pois lá tem 13 (treze) crianças que precisam está dentro de uma sala de aula e que já faz um tempo que a escola foi fechada e não tem professor e nem previsão. O moderador enfatiza que a Femarh tem dois projetos já sendo estudados quanto a fiscalização e conclui a reunião realizando em sua explicação a demonstração do passo a passo para a criação do conselho, possibilitar a aplicação do plano de manejo para o surgimento de novos estudos, investimentos para a melhoria da comunidade, e o melhor uso dos recursos do estado na pesca, na agricultura e no turismo, assim como a determinação das regras sobre as operações nessas áreas e a capacitação por meio das instituições que desenvolvem serviços sociais, como o SEBRAE e a EMBRAPA. Após todo momento de conversa com os moradores foi entregue a cada participante um questionário de desenvolvimento com objetivo de identificar as reais necessidades da comunidade. Ao término da reunião em questão, houve a escolha do conselheiro e do respectivo suplente, realizada por meio de votação na comunidade, no qual o conselheiro escolhido foi o senhor **André Medeiros** e o suplente foi o senhor **Altenizio de Sousa Gomes**. Eu, Gleis Kelly P. Rodrigues, Chefe de Divisão de Unidade de Conservação, lavrei a presente ata que passa a ser assinada por mim e os presentes.

---

Gleis Kelly P. Rodrigues

---

Dirliany Lopes de Almeida

---

Rubem Leite da Silva



---

André Medeiros

---

Altenizio de Sousa Gomes

## **ATA DE REUNIÃO PARA A ESCOLHA DO CONSELHEIRO E DO SUPLENTE DAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO XERUINÍ, DA COMUNIDADE DE DONA COTA**

Ao décimo terceiro dia do mês de maio de dois mil e vinte três, estiveram presentes na Comunidade Dona cota da Reserva Desenvolvimento Sustentável Xeruiní (RDSX), no município de Rorainópolis, os representantes Ricardo Araújo Medeiros, Dirliany Lopes de Almeida, Gleis Kelly Pereira e Rubem Leite da Silva da Fundação Estadual do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (FEMARH). A reunião teve como início com o Sr. Ricardo, moderador, em que se inicia sua fala realizando uma abordagem sobre duas temáticas, a introdução da lei estadual de número 1.704 criada em 15 de julho de 2022 e da SEUC/RR, de responsabilidade da (FEMARH) criada em 15 de julho de 2022 para adotar as medidas necessárias para gestão eficiente, implantação, consolidação, fiscalização e monitoramento, competindo-lhe ainda a elaboração do plano de manejo, apoiar o extrativismo e as comunidades tradicionais, celebrar contrato de concessão de uso real, proteção ambiental das unidades de conservação e fomentar e executar programas de pesquisas. Com a Lei da SEUC foram criados 02 tipos de unidades de conservação; I- proteção integral com objetivo de preservar a natureza, sendo admitido apenas o uso indireto dos seus recursos naturais, com

exceção dos casos previstos nesta Lei, com liberação apenas para se fazer pesquisas científicas, atividades educacionais, recreação, turismo ecológico e visitação pública de acordo com as restrições do plano de manejo da unidade. A II - Unidade de uso sustentável; com objetivo de compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais. Onde a mesma assegura as condições e os meios necessários para a melhoria da qualidade e vida e exploração dos recursos naturais das populações tradicionais e valorizar, conservar e aperfeiçoar o conhecimento e as técnicas de manejo da comunidade. Portanto a mesma será regida por disposições contidas na Lei Estadual e Federal do Sistema Nacional de Unidade de Conservação (SNUC) Nº 9.985/2020, tratou da recategorização das Áreas de Proteção Ambiental na Comunidade de Dona Cota. Explicou também sobre a formulação do conselho, que ele vai ser deliberativo ou consultivo, vai haver monitoramento, fiscalização e avaliação de tudo que for feito dentro da comunidade, abordou sobre quem vai fazer parte do conselho que são as instituições do meio ambiente, instituições que oferecem serviços sociais, instituições de pesquisas, sociedade civil, pessoas que trabalham com turismo, associações de produtores ou pescadores e representantes da comunidade. Esclareceu os moradores o papel do conselho, dizendo que é propor uma gestão participativa onde todos os envolvidos fazem parte da tomada de decisões e das propostas dentro da Unidade de Conservação. Finalizada a apresentação, a palavra foi passada para os moradores participantes para expor suas necessidades dentro da comunidade. A comunidade possui uma pequena população, porém apresenta a riqueza de recursos naturais como, cupuaçu, açaí, e pesca, portanto possui problemas em comum como as demais comunidades do baixo rio branco. Tem a dificuldade no escoamento de seus produtos, quanto ao transporte até Manaus, que é para eles o lugar que mais agrega valor a seus recursos e que é mais perto. A comunidade tem como principal fonte de renda o cupuaçu e depende exclusivamente de energia estável para que seja feita a conservação da poupa, que seria maior se tivesse o apoio para ser escoado. Para os moradores, requer a atuação da fiscalização em prol da qualidade da água para o consumo, na prevenção da presença de parasitas, na melhoria da pesca, a renovação e o providenciamento das carteiras de pesca destinada aos pescadores. Assim como o consumo de carne em condição desfavorável ao consumo proveniente de Manaus.

O s.r. Ricardo conclui abordando sobre o plano de manejo de forma sustentável, em que é de responsabilidade da comunidade estabelecer as formas de operar com os recursos naturais, destinar os responsáveis que terão a permissão de realizar suas atividades em prol do desenvolvimento sustentável de forma a dar melhores condições de emprego, investimentos por empresários. Os conselheiros terão a responsabilidade de representar as causas, dificuldades e carências da comunidade perante ao conselho, assim como a determinação das regras sobre as operações nessas áreas e a capacitação por meio das instituições que desenvolvem serviços sociais, como o SEBRAE e a EMBRAPA. Após todo momento de conversa com os moradores foi entregue a cada participante um questionário de desenvolvimento com objetivo de identificar as reais necessidades da comunidade. Ao término da reunião em questão, houve a escolha do conselheiro e do respectivo suplente, realizada por meio de votação na comunidade, no qual o conselheiro escolhido foi a senhora **Marilene Lopes dos Santos** e o suplente foi o senhor **Michael da Silva**. Eu, Gleis Kelly P. Rodrigues, Chefe de Divisão de Unidade de Conservação, lavrei a presente ata que passa a ser assinada por mim e os presentes.

---

Gleis Kelly P. Rodrigues

---

Dirliany Lopes de Almeida

---

Rubem Leite da Silva

---

Marilene Lopes dos Santos

---

Michael da Silva

## **ATA DE REUNIÃO PARA A ESCOLHA DO CONSELHEIRO E DO SUPLENTE DA UNIDADE DE CONSERVAÇÃO XERUINÍ, DA COMUNIDADE DE CACHOEIRINHA.**

Ao décimo quarto dia do mês de maio de dois mil e vinte três, estiveram presentes na vila Cachoeirinha da Reserva Desenvolvimento Sustentável Xeruiní (RDSX), no município de Caracaraí, os representantes Ricardo Araújo Medeiros, Dirliany Lopes de Almeida, Gleis Kelly Pereira e Rubem Leite da Silva da Fundação Estadual do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (FEMARH). A reunião teve como início com o Sr. Ricardo, moderador, em que se inicia sua fala realizando uma abordagem sobre duas temáticas, a introdução da lei estadual de número 1.704 criada em 15 de julho de 2022 e da SEUC/RR, de responsabilidade da (FEMARH) criada em 15 de julho de 2022 para adotar as medidas necessárias para gestão eficiente, implantação, consolidação, fiscalização e monitoramento, competindo-lhe ainda a elaboração do plano de manejo, apoiar o extrativismo e as comunidades tradicionais, celebrar contrato de concessão de uso real, proteção ambiental das unidades de conservação e fomentar e executar programas de pesquisas. Com a Lei da SEUC foram criados 02 tipos de unidades de conservação; I- proteção integral com objetivo de preservar a natureza, sendo admitido apenas o uso indireto dos seus recursos naturais, com exceção dos casos previstos nesta Lei, com liberação apenas para se fazer pesquisas científicas, atividades educacionais, recreação, turismo ecológico e visitação pública de acordo com as restrições do plano de manejo da unidade. A II - Unidade de uso sustentável; com objetivo de compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais. Onde a mesma assegura as condições e os meios necessários para a melhoria da qualidade e vida e exploração dos recursos naturais das populações tradicionais e valorizar, conservar e aperfeiçoar o conhecimento e as

***"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"***

técnicas de manejo da comunidade. Portanto a mesma será regida por disposições contidas na Lei Estadual e Federal do Sistema Nacional de Unidade de Conservação (SNUC) Nº 9.985/2020, tratou da recategorização das Áreas de Proteção Ambiental na comunidade de Cachoeirinha. Explicou também sobre a formulação do conselho, que ele vai ser deliberativo ou consultivo, vai haver monitoramento, fiscalização e avaliação de tudo que for feito dentro da comunidade, abordou sobre quem vai fazer parte do conselho que são as instituições do meio ambiente, instituições que oferecem serviços sociais, instituições de pesquisas, sociedade civil, pessoas que trabalham com turismo, associações de produtores ou pescadores e representantes da comunidade. Esclareceu aos moradores o papel do conselho, dizendo que é para propor uma gestão participativa onde todos os envolvidos fazem parte da tomada de decisões e das propostas dentro da Unidade de Conservação. A elaboração do plano de manejo se refere a forma de como usar, comercializar os recursos naturais com eficácia, proteção da natureza abordando áreas diversas, apoiar o extrativismo e as comunidades tradicionais, assim como também se faz necessário a escolha de conselheiros para trabalhar em prol das necessidades da comunidade, na organização da atuação das empresas com a finalidade de concentrar recursos para criar novas oportunidade de emprego aos moradores. Finalizada a apresentação, a palavra foi passada para os moradores participantes para expor suas necessidades dentro da comunidade. O s.r. professor Chiquinho abordou sobre as situações precárias no ensino das escolas, a ausência do ensino presencial no ensino fundamental e médio, e requisitou o investimento na educação e a garantia do aprendizado dos estudantes. O s.r. Jaziel Monteiro relatou a falta de um representante no setor da agricultura, principal fonte de economia da comunidade, a falta de veículos para o transporte de insumos alimentares de forma a conservar a integridade do trabalhador e dos alimentos cultivados, a falta de cooperativas, e as dificuldades para o escoamento da colheita do açaí. O s.r. professor Chiquinho aborda sobre a dificuldade de assistência para a comunidade local, sendo necessário o deslocamento para Santa Maria em prol de soluções por meio de representantes do governo. A Sra. Rosilene enfatiza a falta de recursos mediante as reivindicações, em que na sua comunidade há a falta de tratores, sendo que os mesmos realizam suas atividades apenas até Santa Maria referente a abertura de estradas. O s.r. Val conta que as

ações só ocorrem num contexto político. A Sra. Antônia Filho explica a necessidade de Jericós e tratores para melhorar as atividades econômicas advindas da agricultura. O s.r. Vando relata a dificuldade da venda do açaí e de peixes pela falta de gelo na região, e a ausência de produção de gelo acessível aos moradores locais. O s.r. Ricardo, conclui a reunião realizando em sua explicação a demonstração do passo a passo para a criação do conselho, possibilitar a aplicação do plano de manejo para o surgimento de novos estudos, investimentos para a melhoria da comunidade, e o melhor uso dos recursos do estado na pesca, na agricultura e no turismo, assim como a determinação das regras sobre as operações nessas áreas e a capacitação por meio das instituições que desenvolvem serviços sociais, como o SEBRAE e a EMBRAPA. Após todo momento de conversa com os moradores foi entregue a cada participante um questionário de desenvolvimento com objetivo de identificar as reais necessidades da comunidade. Ao término da reunião em questão, houve a escolha do conselheiro e do respectivo suplente, realizada por meio de votação na comunidade, no qual o conselheiro escolhido foi a senhora **Isabel Santana das Chagas** e o suplente foi o senhor **Júnior Moraes da Silva**. Eu, Gleis Kelly P. Rodrigues, Chefe de Divisão de Unidade de Conservação, lavrei a presente ata que passa a ser assinada por mim e os presentes.

---

Gleis Kelly P. Rodrigues

---

Dirliany Lopes de Almeida

---

Rubem Leite da Silva

---

Isabel Santana das Chagas

---

Júnior Moraes da Silva

## **ATA DE REUNIÃO PARA A ESCOLHA DO CONSELHEIRO E DO SUPLENTE DAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO XERUINI, DA COMUNIDADE DE CANAUANÍ.**

Ao quarto dia do mês de maio de dois mil e vinte três, estiveram presentes na Comunidade Canauaní da Reserva Desenvolvimento Sustentável Xeruiní (RDSX), no município de Caracaraí, os representantes Ricardo Araújo Medeiros, Dirliany Lopes de Almeida, Gleis Kelly Pereira e Rubem Leite da Silva da Fundação Estadual do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (FEMARH). A reunião teve como início com o Sr. Ricardo, moderador, em que se inicia sua fala realizando uma abordagem sobre duas temáticas, a introdução da lei estadual de número 1.704 criada em 15 de julho de 2022 e da SEUC/RR, de responsabilidade da (FEMARH) criada em 15 de julho de 2022 para adotar as medidas necessárias para gestão eficiente, implantação, consolidação, fiscalização e monitoramento, competindo-lhe ainda a elaboração do plano de manejo, apoiar o extrativismo e as comunidades tradicionais, celebrar contrato de concessão de uso real, proteção ambiental das unidades de conservação e fomentar e executar programas de pesquisas. Com a Lei da SEUC foram criados 02 tipos de unidades de conservação; I- proteção integral com objetivo de preservar a natureza, sendo admitido apenas o uso indireto dos seus recursos naturais, com exceção dos casos previstos nesta Lei, com liberação apenas para se fazer pesquisas científicas, atividades educacionais, recreação, turismo ecológico e visitação pública de acordo com as restrições do plano de manejo da unidade. A II - Unidade de uso sustentável; com objetivo de compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais. Onde a mesma assegura as condições e os meios necessários para a melhoria da qualidade de vida e exploração dos recursos naturais das populações tradicionais e valorizar, conservar e aperfeiçoar o conhecimento e as técnicas de manejo da comunidade. Portanto a mesma será regida por disposições contidas na Lei Estadual e Federal do Sistema Nacional de Unidade de Conservação (SNUC) Nº 9.985/2020, tratou da recategorização das Áreas de Proteção Ambiental na Comunidade de Canauaní. Explicou também sobre a formulação do conselho, que ele vai ser deliberativo ou consultivo, vai haver monitoramento, fiscalização e avaliação de tudo que for feito dentro da comunidade, abordou sobre quem vai fazer parte do conselho que são as instituições do meio ambiente, instituições que oferecem serviços sociais, instituições de pesquisas, sociedade civil, pessoas que trabalham

com turismo, associações de produtores ou pescadores e representantes da comunidade. Esclareceu os moradores o papel do conselho, dizendo que é propor uma gestão participativa onde todos os envolvidos fazem parte da tomada de decisões e das propostas dentro da Unidade de Conservação. Finalizada a apresentação, a palavra foi passada para os moradores participantes para expor suas necessidades dentro da comunidade. Em relato geral a comunidade Canauaní possui como fonte de renda o cupuaçu e o açaí a pesca mais em menor proporção, a inibição da pesca por empresas de turismo na área. O maior problema enfrentado é o perigo que estão correndo por ataque de onça, que ameaçam os animais domésticos e as crianças. A comunidade tem uma grande produção de cupuaçu e pedem o apoio no escoamento da produção, dando a ideia de que poderia ser destinado as escolas estaduais e municipais, e se tivessem esse apoio a produção seria muito maior e que melhorasse a energia para suprir as necessidades de produção. O s.r. Benone Farias aborda sobre as dificuldades para a extração do açaí e do cupuaçu, assim como a falta de compradores para o consumo, o que se faz importante a atuação do plano de manejo por meio do apoio do estado. O s.r. Ricardo, conclui a reunião realizando em sua explicação a demonstração do passo a passo para a criação do conselho, possibilitar a aplicação do plano de manejo para o surgimento de novos estudos, investimentos para a melhoria da comunidade, e o melhor uso dos recursos do estado na pesca, na agricultura e no turismo, assim como a determinação das regras sobre as operações nessas áreas e a capacitação por meio das instituições que desenvolvem serviços sociais, como o SEBRAE e a EMBRAPA. Após todo momento de conversa com os moradores foi entregue a cada participante um questionário de desenvolvimento com objetivo de identificar as reais necessidades da comunidade. Ao término da reunião em questão, houve a escolha do conselheiro e do respectivo suplente, realizada por meio de votação na comunidade, no qual o conselheiro escolhido foi o senhor **Benone Farias das chagas** e o suplente foi a senhora **Elisangela Araújo da cunha**. Eu, Gleis Kelly P. Rodrigues, Chefe de Divisão de Unidade de Conservação, lavrei a presente ata que passa a ser assinada por mim e os presentes.

---

Gleis Kelly P. Rodrigues



---

Dirliany Lopes de Almeida

---

Rubem Leite da Silva

---

Benone Farias das chagas

---

Elisangela Araújo da cunha

## **ATA DE REUNIÃO PARA A ESCOLHA DO CONSELHEIRO E DO SUPLENTE DAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO XERUINÍ, DA COMUNIDADE DE TERRA PRETA**

Ao décimo quinto dia do mês de maio de dois mil e vinte três, estiveram presentes na Comunidade Terra Preta da Reserva Desenvolvimento Sustentável Xeruiní (RDSX), no município de Caracaraí, os representantes Ricardo Araújo Medeiros, Dirliany Lopes de Almeida, Gleis Kelly Pereira e Rubem Leite da Silva da Fundação Estadual do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (FEMARH). A reunião teve como início com o Sr.

Ricardo, moderador, em que se inicia sua fala realizando uma abordagem sobre duas temáticas, a introdução da lei estadual de número 1.704 criada em 15 de julho de 2022 e da SEUC/RR, de responsabilidade da (FEMARH) criada em 15 de julho de 2022 para adotar as medidas necessárias para gestão eficiente, implantação, consolidação, fiscalização e monitoramento, competindo-lhe ainda a elaboração do plano de manejo, apoiar o extrativismo e as comunidades tradicionais, celebrar contrato de concessão de uso real, proteção ambiental das unidades de conservação e fomentar e executar programas de pesquisas. Com a Lei da SEUC foram criados 02 tipos de unidades de conservação; I- proteção integral com objetivo de preservar a natureza, sendo admitido apenas o uso indireto dos seus recursos naturais, com exceção dos casos previstos nesta Lei, com liberação apenas para se fazer pesquisas científicas, atividades educacionais, recreação, turismo ecológico e visitação pública de acordo com as restrições do plano de manejo da unidade. A II - Unidade de uso sustentável; com objetivo de compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais. Onde a mesma assegura as condições e os meios necessários para a melhoria da qualidade e vida e exploração dos recursos naturais das populações tradicionais e valorizar, conservar e aperfeiçoar o conhecimento e as técnicas de manejo da comunidade. Portanto a mesma será regida por disposições contidas na Lei Estadual e Federal do Sistema Nacional de Unidade de Conservação (SNUC) Nº 9.985/2020, tratou da recategorização das Áreas de Proteção Ambiental na Comunidade de Terra Preta. Explicou também sobre a formulação do conselho, que ele vai ser deliberativo ou consultivo, vai haver monitoramento, fiscalização e avaliação de tudo que for feito dentro da comunidade, abordou sobre quem vai fazer parte do conselho que são as instituições do meio ambiente, instituições que oferecem serviços sociais, instituições de pesquisas, sociedade civil, pessoas que trabalham com turismo, associações de produtores ou pescadores e representantes da comunidade. Esclareceu os moradores o papel do conselho, dizendo que é propor uma gestão participativa onde todos os envolvidos fazem parte da tomada de decisões e das propostas dentro da Unidade de Conservação. Finalizada a apresentação, a palavra foi passada para os moradores participantes para expor suas necessidades dentro da comunidade. A Sra. Ilarina aborda a dificuldade pela ausência de aulas e condições precárias para o estudo, assim como a presença do ensino apenas até o

quinto ano. O s.r. Domingos fala que o posto médico local encontra-se fechado num período superior a dez anos, mediante a promessas de melhorias mas até o momento sem resultados. A comunidade local possui um projeto para fazer caixas de água de fibra, no entanto são necessárias as estruturas para a montagem e suporte das caixas. O mesmo questiona a legalidade e a possibilidade do abate de animais como a onça por exemplo, enfatizando os prejuízos com a morte dos animais e o perigo gerado para a população. O s.r. Manoel fala sobre a agricultura da necessidade de um tratar de arado, para não haver a necessidade de derrubar a floresta alta. O s.r. Ricardo informa que tem um trator para cada comunidade, só que não se sabe quando vai ser entregue pois é competência do Governo do Estado. O mesmo enfatizou sobre a base de fiscalização que Femarh tem um projeto de colocar no baixo rio branco, sendo ela flutuante ou física, porém ainda não está decido o local, pois temos duas possibilidades tanto na foz como na boca do itapará. O s.r. Ricardo conclui abordando sobre o plano de manejo de forma sustentável, em que é de responsabilidade da comunidade estabelecer as formas de operar com os recursos naturais, destinar os responsáveis que terão a permissão de realizar suas atividades em prol do desenvolvimento sustentável de forma a dar melhores condições de emprego, investimentos por empresários. Os conselheiros terão a responsabilidade de representar as causas, dificuldades e carências da comunidade perante ao conselho. Ao final da reunião foi entregue a cada participante um questionário de desenvolvimento com objetivo de identificar as reais necessidades da comunidade. Ao término da reunião em questão, houve a escolha do conselheiro e do respectivo suplente, realizada por meio de votação na comunidade, no qual o conselheiro escolhido foi o senhor **Clauder da Silva Miranda** e o suplente foi o senhor **Ralxs Nascimento dos Santos**. Eu, Gleis Kelly P. Rodrigues, Chefe de Divisão de Unidade de Conservação, lavrei a presente ata que passa a ser assinada por mim e os presentes.

---

Gleis Kelly P. Rodrigues

---

Dirliany Lopes de Almeida

---

Rubem Leite da Silva

---

Clauder da Silva Miranda

---

Ralxs Nascimento dos Santos

## **ATA DE REUNIÃO PARA A ESCOLHA DO CONSELHEIRO E DO SUPLENTE DAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO XERUINÍ, DA COMUNIDADE DE LAGO GRANDE.**

Ao décimo quinto dia do mês de maio de dois mil e vinte três, estiveram presentes na Comunidade Lago Grande da Reserva Desenvolvimento Sustentável Xeruiní (RDSX), no município de Caracaraí, os representantes Ricardo Araújo Medeiros, Dirliany Lopes de Almeida, Gleis Kelly Pereira e Rubem Leite da Silva da Fundação Estadual do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (FEMARH). A reunião teve como início com o Sr. Ricardo, moderador, em que se inicia sua fala realizando uma abordagem sobre duas temáticas, a introdução da lei estadual de número 1.704 criada em 15 de julho de 2022 e da SEUC/RR, de responsabilidade da (FEMARH) criada em 15 de julho de 2022 para adotar as medidas necessárias para gestão eficiente, implantação, consolidação, fiscalização e monitoramento, competindo-lhe ainda a elaboração do plano de manejo, apoiar o extrativismo e as comunidades tradicionais, celebrar contrato de concessão

de uso real, proteção ambiental das unidades de conversação e fomentar e executar programas de pesquisas. Com a Lei da SEUC foram criados 02 tipos de unidades de conversação; I- proteção integral com objetivo de preservar a natureza, sendo admitido apenas o uso indireto dos seus recursos naturais, com exceção dos casos previstos nesta Lei, com liberação apenas para se fazer pesquisas científicas, atividades educacionais, recreação, turismo ecológico e visitação pública de acordo com as restrições do plano de manejo da unidade. A II - Unidade de uso sustentável; com objetivo de compatibilizar a conversação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais. Onde a mesma assegura as condições e os meios necessários para a melhoria da qualidade e vida e exploração dos recursos naturais das populações tradicionais e valorizar, conservar e aperfeiçoar o conhecimento e as técnicas de manejo da comunidade. Portanto a mesma será regida por disposições contidas na Lei Estadual e Federal do Sistema Nacional de Unidade de Conservação (SNUC) Nº 9.985/2020, tratou da recategorização das Áreas de Proteção Ambiental na Comunidade de Lago Grande. Explicou também sobre a formulação do conselho, que ele vai ser deliberativo ou consultivo, vai haver monitoramento, fiscalização e avaliação de tudo que for feito dentro da comunidade, abordou sobre quem vai fazer parte do conselho que são as instituições do meio ambiente, instituições que oferecem serviços sociais, instituições de pesquisas, sociedade civil, pessoas que trabalham com turismo, associações de produtores ou pescadores e representantes da comunidade. Esclareceu os moradores o papel do conselho, dizendo que é propor uma gestão participativa onde todos os envolvidos fazem parte da tomada de decisões e das propostas dentro da Unidade de Conservação. Finalizada a apresentação, a palavra foi passada para os moradores participantes para expor suas necessidades dentro da comunidade. O S.r. João Moraes relata a falta de professor na escola, que na comunidade o ensino só vai até o 5º ano, e que isso tudo é culpa da administração que vem lá de cima. A Sra. Valdeiza aborda a grande falta que faz um ensino fundamental e um médico na comunidade, onde as crianças tem que ir concluir os estudos no Município de Caracaraí ou Boa Vista. Segundo a Sra. Leidi Daiana, a área da saúde na comunidade encontra-se em um estado desfavorável, e na comunidade deixa a desejar também na educação e na segurança pública, em que os moradores estão desamparados nessas áreas. Relata também que a própria comunidade se

juntou para arrumar a caixa de água que havia se quebrado, onde eles não se têm suporte algum de nem um órgão. A Sra. Maria relata a dificuldade pela ausência de transportes como tratores para o auxílio da exploração dos recursos naturais e a mesma utiliza uma moto, comprada com a verba obtida pelo turismo em substituição para o carregamento de mandioca. O S.r. Arailton Silva falou sobre o turismo, ressaltou que tem, que melhorar cada vez mais, principalmente em relação empresa x comunidade. O S.r. Moderador explica que toda empresa que for operar na comunidade, eles não podem trazer ninguém de fora, e que a mão de obra inteira tem que ser exclusiva da comunidade e que as empresas só vão poder operar com o Licenciamento da FEMARH. Dentro do plano de manejo o conselheiro que vai ditar a regra, saber de todo recurso que vai entrar e sair da comunidade. Os conselhos estarão compostos por empresas na área do turismo, meio ambiente, serviços sociais, instituições públicas, universidades e entre outros, em que é necessário a escolha de conselheiros na comunidade. O S.r. Ricardo conclui a reunião abordando que é necessário o apoio do estado em prol da comunidade, assim como anunciar as melhorias que estão sendo obtidos pelo estado para auxiliar os moradores junto a prática do plano de manejo, assim como a legalização para o uso adequado e a exploração dos recursos para estar de acordo com o conselho, proteção ambiental e a destinação das áreas para desmatamento e plantações através da aplicação do plano de manejo, assim como a determinação das regras sobre as operações nessas áreas e a capacitação por meio das instituições que desenvolvem serviços sociais, como o SEBRAE e a EMBRAPA. Após todo momento de conversa com os moradores foi entregue a cada participante um questionário de desenvolvimento com objetivo de identificar as reais necessidades da comunidade. Ao término da reunião em questão, houve a escolha do conselheiro e do respectivo suplente, realizada por meio de votação na comunidade, no qual o conselheiro escolhido foi o senhor **Alberto de Sousa Santos** e o suplente foi o senhor **Cláudio Alberto Leite da Silva**. Eu, Gleis Kelly P. Rodrigues, Chefe de Divisão de Unidade de Conservação, lavrei a presente ata que passa a ser assinada por mim e os presentes.

---

Gleis Kelly P. Rodrigues

---

Dirliany Lopes de Almeida

---

Rubem Leite da Silva

---

Alberto de Sousa Santos

---

Cláudio Alberto Leite da Silva

## **ATA DE REUNIÃO PARA A ESCOLHA DO CONSELHEIRO E DO SUPLENTE DAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO XERUINÍ, DA COMUNIDADE DE SACAÍ.**

Ao décimo quinto dia do mês de maio de dois mil e vinte três, estiveram presentes na Comunidade Sacaí da Reserva Desenvolvimento Sustentável Xeruiní (RDSX), no município de Caracaraí, os representantes Ricardo Araujo Medeiros, Dirliany Lopes de Almeida, Gleis Kelly Pereira e Rubem Leite da Silva da Fundação Estadual do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (FEMARH). A reunião teve como início com o Sr. Ricardo, moderador, em que se inicia sua fala realizando uma abordagem sobre duas temáticas, a introdução da lei estadual de número 1.704 criada em 15 de julho de 2022 e da SEUC/RR, de responsabilidade da (FEMARH) criada em 15 de julho de 2022 para adotar as medidas necessárias para gestão eficiente, implantação, consolidação, fiscalização e monitoramento, competindo-lhe ainda a elaboração do plano de manejo, apoiar o extrativismo e as comunidades tradicionais, celebrar contrato de concessão de uso real, proteção ambiental das unidades de conservação e fomentar e executar programas de pesquisas. Com a Lei da SEUC foram criados 02 tipos de unidades de conservação; I- proteção integral com objetivo de preservar a natureza, sendo admitido apenas o uso indireto dos seus recursos naturais, com exceção dos casos previstos nesta Lei, com liberação apenas para se fazer pesquisas científicas, atividades educacionais, recreação, turismo ecológico e visitação pública de acordo com as restrições do plano de manejo da unidade. A II - Unidade de uso sustentável;

com objetivo de compatibilizar a conversação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais. Onde a mesma assegura as condições e os meios necessários para a melhoria da qualidade e vida e exploração dos recursos naturais das populações tradicionais e valorizar, conservar e aperfeiçoar o conhecimento e as técnicas de manejo da comunidade. Portanto a mesma será regida por disposições contidas na Lei Estadual e Federal do Sistema Nacional de Unidade de Conservação (SNUC) Nº 9.985/2020, tratou da recategorização das Áreas de Proteção Ambiental na comunidade de Sacaí. Explicou também sobre a formulação do conselho, que ele vai ser deliberativo ou consultivo, vai haver monitoramento, fiscalização e avaliação de tudo que for feito dentro da comunidade, abordou sobre quem vai fazer parte do conselho que são as instituições do meio ambiente, instituições que oferecem serviços sociais, instituições de pesquisas, sociedade civil, pessoas que trabalham com turismo, associações de produtores ou pescadores e representantes da comunidade. Esclareceu aos moradores o papel do conselho, dizendo que é para propor uma gestão participativa onde todos os envolvidos fazem parte da tomada de decisões e das propostas dentro da Unidade de Conservação. A elaboração do plano de manejo se refere a forma de como usar, comercializar os recursos naturais com eficácia, proteção da natureza abordando áreas diversas, apoiar o extrativismo e as comunidades tradicionais, assim como também se faz necessário a escolha de conselheiros para trabalhar em prol das necessidades da comunidade, na organização da atuação das empresas com a finalidade de concentrar recursos para criar novas oportunidade de emprego aos moradores. Finalizada a apresentação, a palavra foi passada para os moradores participantes para expor suas necessidades dentro da comunidade. Foi questionado pelos moradores, a forma como fazer a melhor utilização das áreas hídricas e demarcação da terra para a destinação ao trabalho, na qual é alcançada por meio do plano de manejo. A comunidade tem como principal fonte de renda a pesca profissional. Para o s.r. Emerson, o mesmo aborda sobre não ter conhecimento da legalidade da prática do uso de malhador para o consumo familiar. O s.r. Messias denúncia da aplicação da violência por conta da polícia aos pescadores mediante a realização da pesca de forma ilegal no rio, em que ao invés da aplicação da multa, são penalizados por meio da agressão física, em que na reunião um dos moradores recebeu a multa juntamente com a agressão. O s.r.



Ricardo, conclui a reunião realizando em sua explicação a demonstração do passo a passo para a criação do conselho, possibilitar a aplicação do plano de manejo para o surgimento de novos estudos, investimentos para a melhoria da comunidade, e o melhor uso dos recursos do estado na pesca, na agricultura e no turismo, assim como a determinação das regras sobre as operações nessas áreas e a capacitação por meio das instituições que desenvolvem serviços sociais, como o SEBRAE e a EMBRAPA. Após todo momento de conversa com os moradores foi entregue a cada participante um questionário de desenvolvimento com objetivo de identificar as reais necessidades da comunidade. Ao término da reunião em questão, houve a escolha do conselheiro e do respectivo suplente, realizada por meio de votação na comunidade, no qual o conselheiro escolhido foi o senhor **Elton da Silva Alves** e o suplente foi o senhor **Mario Jorge Oliveira Parente**. Eu, Gleis Kelly P. Rodrigues, Chefe de Divisão de Unidade de Conservação, lavrei a presente ata que passa a ser assinada por mim e os presentes.

---

Gleis Kelly P. Rodrigues

---

Dirliany Lopes de Almeida

---

Rubem Leite da Silva

---

Elton da Silva Alves

---

Mario Jorge Oliveira Parente

## **ATA DE REUNIÃO PARA A ESCOLHA DO CONSELHEIRO E DO SUPLENTE DAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO ITAPARÁ – BOIAÇÚ, DA COMUNIDADE DE SANTA MARIA VELHA**

Ao décimo sétimo dia do mês de maio de dois mil e vinte três, estiveram presentes na Comunidade Santa Maria Velha da Reserva Desenvolvimento Sustentável Itapará-Boiaçú, no município de Rorainópolis, os representantes Ricardo Araújo Medeiros, Dirliany Lopes de Almeida, Gleis Kelly Pereira e Rubem Leite da Silva da Fundação Estadual do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (FEMARH). A reunião teve como início com o Sr. Ricardo, moderador, em que se inicia sua fala realizando uma abordagem sobre duas temáticas, a introdução da lei estadual de número 1.704 criada em 15 de julho de 2022 e da SEUC/RR, de responsabilidade da (FEMARH) criada em 15 de julho de 2022 para adotar as medidas necessárias para gestão eficiente, implantação, consolidação, fiscalização e monitoramento, competindo-lhe ainda a elaboração do plano de manejo, apoiar o extrativismo e as comunidades tradicionais, celebrar contrato de concessão de uso real, proteção ambiental das unidades de conservação e fomentar e executar programas de pesquisas. Com a Lei da SEUC foram criados 02 tipos de unidades de conservação; I- proteção integral com objetivo de preservar a natureza, sendo admitido apenas o uso indireto dos seus recursos naturais, com exceção dos casos previstos nesta Lei, com liberação apenas para se fazer pesquisas científicas, atividades educacionais, recreação, turismo ecológico e visitação pública de acordo com as restrições do plano de manejo da unidade. A II - Unidade de uso sustentável; com objetivo de compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais. Onde a mesma assegura as condições e os meios necessários para a melhoria da qualidade e vida e exploração dos recursos naturais das populações tradicionais e valorizar, conservar e aperfeiçoar o conhecimento e as técnicas de manejo da comunidade. Portanto a mesma será regida por disposições contidas na Lei Estadual e Federal do Sistema

Nacional de Unidade de Conservação (SNUC) Nº 9.985/2020, tratou da recategorização das Áreas de Proteção Ambiental na Comunidade Santa Maria do Boiaçú. Explicou também sobre a formulação do conselho, que ele vai ser deliberativo ou consultivo, vai haver monitoramento, fiscalização e avaliação de tudo que for feito dentro da comunidade, abordou sobre quem vai fazer parte do conselho que são as instituições do meio ambiente, instituições que oferecem serviços sociais, instituições de pesquisas, sociedade civil, pessoas que trabalham com turismo, associações de produtores ou pescadores e representantes da comunidade. Esclareceu os moradores o papel do conselho, dizendo que é propor uma gestão participativa onde todos os envolvidos fazem parte da tomada de decisões e das propostas dentro da Unidade de Conservação. Finalizada a apresentação, a palavra foi passada para os moradores participantes para expor suas necessidades dentro da comunidade. O sr Pedro Pereira aborda sobre a dificuldade da comunidade por não haver recurso para o uso na economia e a exploração dos recursos naturais, estando limitado ao cultivo da roça, da banana e do açaí e ausência do turismo. A comunidade tem como fonte de renda um grande açazeiro e a pesca e tem uma criação de gado só para mantimento. Espera eles que essa lei criada dê mais estabilidade para os ribeiros. O sr Antônio Batista aborda sobre a importância de ter direitos e autoridade dentro da própria comunidade mediante o risco de perda a posse das terras para grandes fazendeiros e enfatiza os benefícios para a comunidade mediante a existência do plano de manejo para viabilizar aos moradores mais atuação nas decisões pertinentes a comunidade, enfatiza também a necessidade de parceria com os órgãos governamentais tal como a EMBRAPA e o SEBRAE para que os mesmos venha trazer conhecimento para comunidade. O sr Ricardo conclui abordando a importância da comunidade idealizar a criação de associações, cooperativas, e aproveitar as oportunidades para buscar os meios e recursos do estado, como o apoio do Sebrae e da Embrapa para ampliar o conhecimento técnico para especialização para o empreendimento e a qualificação profissional. O moderador conclui abordando sobre a importância da unidade de conservação possuir um plano de manejo para o desenvolvimento da comunidade tradicional, em que o estado tem a responsabilidade de apoiar, capacitar a população com o ensino e a atuação de empresas de forma a possibilitar o acesso a melhorias para o bom desenvolvimento da comunidade, e a relevância da participação da

população na eleição do conselho, a fim de buscar melhorias e recursos para a comunidade local, a fiscalização, o monitoramento e a avaliação da aplicação do plano de manejo conforme a necessidade da comunidade. Ao final da reunião foi entregue a cada participante um questionário de desenvolvimento com objetivo de identificar as reais necessidades da comunidade. Ao término da reunião em questão, houve a escolha do conselheiro e do respectivo suplente, realizada por meio de votação na comunidade, no qual o conselheiro escolhido foi o senhor **Pedro Pereira Setuba** e o suplente foi o senhor **Antônio Batista dos Santos**. Eu, Gleis Kelly P. Rodrigues, Chefe de Divisão de Unidade de Conservação, lavrei a presente ata que passa a ser assinada por mim e os presentes.

---

Gleis Kelly P. Rodrigues

---

Dirliany Lopes de Almeida

---

Rubem Leite da Silva

---

Pedro Pereira Setuba

---

Antônio Batista dos Santos

## **ATA DE REUNIÃO PARA A ESCOLHA DO CONSELHEIRO E DO SUPLENTE DAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO ITAPARÁ-BOIAÇÚ, DA COMUNIDADE DE SANTA MARIA DO BOIAÇU**

Ao décimo oitavo dia do mês de maio de dois mil e vinte três, estiveram presentes na Comunidade Remanso da Reserva Desenvolvimento Sustentável Itapará- Boiaçú, no município de Rorainópolis, os representantes Ricardo Araújo Medeiros, Dirliany Lopes de Almeida, Gleis Kelly Pereira e Rubem Leite da Silva da Fundação Estadual do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (FEMARH). A reunião teve como início com o Sr. Ricardo, moderador, em que se inicia sua fala realizando uma abordagem sobre duas temáticas, a introdução da lei estadual de número 1.704 criada em 15 de julho de 2022 e da SEUC/RR, de responsabilidade da (FEMARH) criada em 15 de julho de 2022 para adotar as medidas necessárias para gestão eficiente, implantação, consolidação, fiscalização e monitoramento, competindo-lhe ainda a elaboração do plano de manejo, apoiar o extrativismo e as comunidades tradicionais, celebrar contrato de concessão de uso real, proteção ambiental das unidades de conversação e fomentar e executar programas de pesquisas. Com a Lei da SEUC foram criados 02 tipos de unidades de conversação; I- proteção integral com objetivo de preservar a natureza, sendo admitido apenas o uso indireto dos seus recursos naturais, com exceção dos casos previstos nesta Lei, com liberação apenas para se fazer pesquisas científicas, atividades educacionais, recreação, turismo ecológico e visitação pública de acordo com as restrições do plano de manejo da unidade. A II - Unidade de uso sustentável; com objetivo de compatibilizar a conversação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais. Onde a mesma assegura as condições e os meios necessários para a melhoria da qualidade e vida e exploração dos recursos naturais das populações tradicionais e valorizar, conservar e aperfeiçoar o conhecimento e as técnicas de manejo da comunidade. Portanto a mesma será regida por disposições contidas na Lei Estadual e Federal do Sistema Nacional de Unidade de Conservação (SNUC) Nº 9.985/2020, tratou da recategorização das Áreas de Proteção Ambiental na Comunidade de Santa Maria do Boiaçú. Explicou também sobre a formulação do conselho, que ele vai ser deliberativo ou consultivo, vai haver monitoramento, fiscalização e avaliação de tudo que for feito dentro da comunidade, abordou sobre quem vai fazer parte do conselho que são as instituições do meio ambiente,

instituições que oferecem serviços sociais, instituições de pesquisas, sociedade civil, pessoas que trabalham com turismo, associações de produtores ou pescadores e representantes da comunidade. Esclareceu os moradores o papel do conselho, dizendo que é propor uma gestão participativa onde todos os envolvidos fazem parte da tomada de decisões e das propostas dentro da Unidade de Conservação. Finalizada a apresentação, a palavra foi passada para os moradores participantes para expor suas necessidades dentro da comunidade. De acordo com o senhor Maciel a situação dos Pescadores e as pessoas que atuam com malhadores no sustento familiar e tem seus equipamentos apreendidos e prejudica a qualidade de vida dos trabalhadores da região. O senhor Ivanildo retrata sobre a falta de empenho do governo em realizar a produção de carteirinhas para profissionalizar os trabalhadores para o exercício da pesca, porque muitos são analfabetos e não possuem aparelhos eletrônicos para possuir com recursos próprios, aborda que na região há épocas em que a produção de recursos está escassa, reivindica a atuação de programas sociais. S.r. João Paulo aborda sobre a dificuldade da população no intuito no seguimento da lei quanto a aquisição individual por pessoa do peixe tucunaré e relata sentir-se prejudicado. Ao término da reunião em questão, houve a escolha do conselheiro e do respectivo suplente, realizada por meio de votação na comunidade, no qual o conselheiro escolhido foi o senhor **Valdinildo Franco Ramos** e o suplente foi o senhor **Luís Carlos Gomes**. Eu, Gleis Kelly P. Rodrigues, Chefe de Divisão de Unidade de Conservação, lavrei a presente ata que passa a ser assinada por mim e os presentes.

---

Gleis Kelly P. Rodrigues

---

Dirliany Lopes de Almeida

---

Rubem Leite da Silva

---

Valdinildo Franco Ramos

---

Luís Carlos Gomes